



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

MARIA CIDIANE BARROS RODRIGUES

**POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO SOBRE A
COMUNIDADE QUILOMBOLA DA SERRA DO EVARISTO**

REDENÇÃO-CE-BRASIL

2017

Maria Cidiane Barros Rodrigues

**Políticas Públicas e Desenvolvimento: um estudo sobre a Comunidade Quilombola da
Serra do Evaristo**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Administração Pública presencial do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Orientador (a): Prof.^a Dra. Eliane Barbosa da Conceição

Redenção-Ce-Brasil

2017

Catálogo elaborado pela biblioteca

MARIA CIDIANE BARROS RODRIGUES

**POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO SOBRE A
COMUNIDADE QUILOMBOLA DA SERRA DO EVARISTO**

Monografia julgada e aprovada para obtenção do Diploma de Graduação em Administração
Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

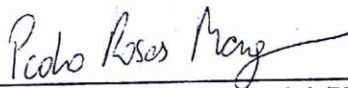
Data de Aprovação: 08 / 12 / 17

Nota: 10,0

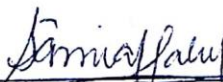
BANCA DE AVALIAÇÃO



Prof.ª Dra. Eliane Barbosa da Conceição (UNILAB)
Orientadora



Prof. Dr. Pedro Rosas Magrini (UNILAB)
Membro



Prof.ª Dra. Sâmia Nagib Maluf (UNILAB)
Membro

Aos meus pais,

*A vocês, Cosma Barros Rodrigues e Antônio
Raimundo Rodrigues, que me deram a vida e
me ensinaram a vivê-la com dignidade, que
caminharam sempre ao meu lado e que se
doaram por inteiro.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, por estar sempre presente na minha vida, por cessar todos os meus medos e angústias nos momentos difíceis ao longo dessa trajetória, e me permitir desfrutar da grande alegria de chegar até aqui. A Ele entrego todas as minhas vitórias.

Aos meus pais, Cosma e Antônio, sem os quais nada disso se tornaria possível, que são os meus pilares, e a razão pela qual busco alcançar os meus objetivos, a fim de retribuir a altura, tudo o que fizeram e fazem para me proporcionar sempre o melhor. Deixo aqui minha gratidão pelo grande exemplo que sempre foram para mim, por todo o apoio, e por toda força que sempre me transmitiram em todos os momentos da minha vida.

À minha querida professora e orientadora, Eliane Barbosa da Conceição, por aceitar percorrer esse caminho junto comigo, se mostrando sempre tão atenciosa e dedicada à minha pesquisa. Agradeço, por ser essa pessoa de luz, e por todas as significativas contribuições que levarei para além da vida acadêmica.

Agradeço ainda, aos demais professores desta Universidade, por todo o conhecimento transmitido ao longo desse período de graduação, e especialmente, à professora Andrea Kanikadan, por me acompanhar, juntamente à professora Eliane, nas primeiras visitas à Serra do Evaristo, colaborando diretamente com a realização deste trabalho, e também ao professor Pedro Magrini, pelas importantes orientações e por ser sempre tão solícito, assim como à professora Sâmia, por aceitar fazer parte desta banca, os meus mais sinceros agradecimentos.

A todos os moradores da Comunidade Quilombola da Serra do Evaristo que se dispuseram a contribuir para a realização deste trabalho, fornecendo informações valiosas para a sua composição. Agradeço por me receberem sempre da melhor forma possível, demonstrando grande satisfação em colaborar, especialmente ao Evandro, presidente da associação local, se mostrando de fundamental importância em todo o processo da realização da pesquisa.

Aos meus irmãos, Viviane Rodrigues e Antônio Filho, por acreditarem na importância deste trabalho, por sempre estarem dispostos a me ouvir sobre o andamento da pesquisa e por todas as palavras de incentivo. Sem esquecer a minha pequena sobrinha e afilhada Maria Isadora, que me transborda de felicidade, minimizando todo e qualquer cansaço decorrente de horas de estudo.

Ao meu namorado e amigo, Danniel Cavalcante, por estar sempre ao meu lado, não medindo esforços para me ajudar em tudo que for necessário, pelas palavras de apoio, por me aguentar nos meus piores dias, e por sempre acreditar em mim, mais do que a mim mesma.

Aos meus mais próximos companheiros de faculdade, Eric, Andrezza, Mônica e Karilene, por todos os momentos compartilhados ao longo desses anos, por todas as risadas e brincadeiras, pela parceria e pela sincera amizade que levarei por toda a vida, sem eles o percurso até aqui teria se tornado bem mais difícil.

Ao meu amigo mais presente, Tamys, pela existência em minha vida, por toda dedicação nesses anos todos à nossa amizade, por me apoiar, me incentivar, percorrer comigo toda essa trajetória da graduação e me ajudar a ver o lado bom de tudo, sempre com o melhor humor.

À minha amiga Lourena, por sempre me transmitir palavras de apoio e conforto, mostrando-se sempre disposta a ajudar, torcendo pelas minhas conquistas.

Às minhas futuras colegas de profissão, Sasckelly e Wédyla, com as quais dividi residência durante o período de faculdade, por todos os momentos compartilhados durante esse período e por continuarem se fazendo presentes na minha vida.

Às demais colegas, Júlia e Iara que caminham junto comigo a, aproximadamente, dez anos e que estão sempre presentes na minha vida.

A todos, que de alguma forma, colaboraram com a pesquisa.

RESUMO

As comunidades quilombolas integram o conjunto das chamadas comunidades tradicionais, estando incluídas entre os grupos sociais que foram no passado, e ainda são neste tempo presente, sistematicamente negligenciados pelo Estado brasileiro. Consequentemente, tais grupos encontram-se hoje em situação de grande vulnerabilidade. A partir da década de 1980, com a atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), essa realidade foi em parte alterada, visto que, a partir do acesso à formação política, tais comunidades passaram a atuar de modo mais organizado na luta pelo reconhecimento de seus direitos. O presente estudo tem como objetivo geral identificar as políticas e ações públicas que, nas últimas quatro décadas, foram acessadas pela Comunidade Quilombola da Serra do Evaristo, localizada no município de Baturité-Ce, e analisar como tais iniciativas contribuíram para seu desenvolvimento. Além disso, preocupou-se em identificar os maiores desafios enfrentados e as percepções dos moradores em relação ao desenvolvimento do local. Para alcançar esses objetivos, foi realizada uma pesquisa qualitativa que lançou mão de diferentes técnicas de coleta de dados e informações, como observação participante, entrevistas individuais e coletivas, além da utilização de fontes secundárias, como pesquisa bibliográfica. Os resultados do estudo evidenciaram o conjunto de políticas e ações públicas ao qual a comunidade credita a melhoria nas condições de vida alcançadas por seus moradores nesses últimos decênios. Porém, mais do que isso, tais resultados também revelam que é por meio da organização comunitária que a maioria das ações voltadas para o benefício coletivo são mobilizadas, especialmente em decorrência da atuação da associação local, evidenciando que foi a partir dessa organização, que todas as conquistas da comunidade se tornaram possíveis, melhorando significativamente as condições de vida das famílias. No entanto, ficou evidente também, que a população local ainda enfrenta muitas dificuldades no cotidiano da vida comunitária, decorrentes, principalmente, do descaso por parte do poder público. De maneira geral, acredita-se que o trabalho se apresenta como uma importante contribuição, uma vez que possibilita a reflexão a respeito dos benefícios que políticas e ações públicas podem trazer a essa parcela da população.

Palavras-chave: Políticas públicas. Desenvolvimento Territorial. Comunidades Quilombolas. Serra do Evaristo. Organização Comunitária.

ABSTRACT

Quilombolas communities integrate the whole of the so-called traditional communities, being included among the social groups that were in the past, and still are in this present time, systematically neglected by the Brazilian State. Consequently, these groups today are in a situation of great vulnerability. Since 1980s, with the activities of the Basic Ecclesial Communities (CEB), this reality was partially altered, since, from access to political formation, these communities have acted more organized in the fight for recognition of their rights. The present study aims to identify the public policies and actions that have been accessed by the Quilombola Community of Serra do Evaristo, located in the municipality of Baturité-Ce, in the last four decades, and to analyze how these initiatives contributed to its development. Moreover, it was concerned to identify the biggest challenges faced and the main perspectives of residents in relation to the development of the place. To achieve these objectives, a qualitative research was carried out, using different data and information collection techniques, such as participant observation, individual and collective interviews, and the use of bibliographic research. The results of the study highlighted the set of public policies and actions to which the community credits the improvement in living conditions achieved by its residents over the last decades. However, moreover, these results also reveal that it is through the community organization that most of the actions aimed at the collective benefit are mobilized, especially as a result of the local association's activities, demonstrating that it was from this organization that all the achievements of the community became possible, significantly improving the living conditions of families. However, it was also evident that the local population still faces many difficulties everyday in the community life, mainly due to the neglect of public power. In general, it is believed that the work presents itself as an important contribution, since it allows the reflection on the benefits that policies and public actions can bring to this part of the population.

Keywords: Public Policies. Territorial Development. Quilombola Communities. Serra do Evaristo. Community Organization.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Síntese das principais ações desenvolvidas na Serra do Evaristo.

69

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Principais aspectos metodológicos da pesquisa	30
Figura 02: Mapa de localização da Comunidade Quilombola da Serra do Evaristo	32
Figura 03: As principais ações desenvolvidas na Serra do Evaristo	48
Figura 04: Linha do Tempo - Principais acontecimentos da Serra do Evaristo	71

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

APA – Área de Proteção Ambiental

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CK – Comunidade Kolping

CREDE – Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação

FCP – Fundação Cultural Palmares

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LABOCART – Laboratório de Cartografia

MinC – Ministério da Cultura

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONGs – Organizações Não Governamentais

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SEMACE – Superintendência Estadual do Meio Ambiente

STDS – Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento do Estado do Ceará

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

UC – Unidades de Conservação

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1	POLÍTICAS PÚBLICAS	16
2.2	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	20
2.3	COMUNIDADES QUILOMBOLAS	23
3	METODOLOGIA DA PESQUISA	26
4	COMUNIDADE QUILOMBOLA DA SERRA DO EVARISTO: ASPECTOS HISTÓRICOS E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS.	32
4.1	ASPECTOS HISTÓRICOS	34
4.2	VIDA COMUNITÁRIA	36
4.3	A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA	44
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	46
5.1	A FILIAÇÃO À OBRA KOLPING	52
5.2.	IMPLANTAÇÃO DAS CISTERNAS DE PLACA	54
5.3	A FAZENDA MANOS KOLPING	56
5.4	A REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESTRADA	60
5.5	O MUSEU COMUNITÁRIO	61
5.6	PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO	65
5.7	OUTRAS AÇÕES	67
5.8	DESAFIOS E PERSPECTIVAS	73
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
	REFERÊNCIAS	81
	Apêndice I – Questionário para entrevistas semiestruturadas	86

1 INTRODUÇÃO

Muitos são os problemas enfrentados cotidianamente pela sociedade brasileira. Diferentes questões relacionadas à educação, saúde, segurança, moradia, transporte, saneamento básico, entre outras tantas necessidades que precisam ser fundamentalmente atendidas para um melhor desenvolvimento humano e do lugar onde se vive, são discutidas constantemente em diferentes esferas da sociedade.

Nesse contexto, as políticas públicas têm sido vistas como alternativas de minimização ou até mesmo resolução de determinados problemas públicos enfrentados diariamente por grupos sociais específicos ou por toda uma coletividade, pois como salientou Secchi (2010, p. 02), “a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante”. O acesso a tais instrumentos pode possibilitar, no mínimo, maior bem-estar à sociedade em seu conjunto, ou a determinados grupos, a depender da finalidade e o alcance da política. Em última instância, o acesso aos serviços e bens públicos ampliam oportunidades para o desenvolvimento dos indivíduos e coletividades e, conseqüentemente, para transformações sociais.

O presente trabalho tratará dessas questões, mas mantendo seu foco em um lugar específico. O sentido de desenvolvimento relacionado ao aspecto territorial representa bem o desejo das chamadas comunidades tradicionais que consideram o lugar onde vivem fator determinante para sua própria existência. Nessa visão, Santos (1999 apud FERREIRA; SILVA; ZANATTA, 2012, p. 55) dispõe que “o território é o chão da identidade e a identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”.

Dentre essas comunidades, encontram-se as chamadas Comunidades Quilombolas. Remanescentes dos quilombos, e caracterizadas pela luta constante para ter acesso a políticas inclusivas que valorizem, essencialmente, sua identidade cultural, bem como os seus aspectos sociais, econômicos e espaciais (FREITAS et al., 2011, p. 01), tais comunidades dispõem de demandas específicas, e carecem de um olhar especial por parte dos formuladores de políticas públicas, em relação às suas necessidades de desenvolvimento territorial.

Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)¹, as populações quilombolas podem ser assim definidas:

¹ Autarquia federal cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional. (Fonte: http://www.incra.gov.br/institucional_abertura).

As comunidades quilombolas são grupos étnicos – predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana –, que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. (INCRA, 2017).

Como destacou Freitas et al. (2011), as comunidades quilombolas ainda lutam para receber um tratamento mais equitativo por parte do governo brasileiro e, assim, terem seus direitos efetivamente resguardados. Dessa forma, suas demandas incluem temas como: posse e regularização fundiária de suas terras, ampliação de uma cidadania plena, e equidade na saúde pública do nosso país.

Diante disso, a partir da necessidade de pensar em alternativas que possam contribuir para a superação de problemas que atingem tais comunidades, surge o interesse em conhecer mais profundamente a realidade das famílias que as compõem, identificando as dificuldades por elas enfrentadas. Mas não apenas isso, é também necessário analisar as ações que essas consideram importantes para melhorar a qualidade de vida comunitária, e suas perspectivas de desenvolvimento, a fim de dar um passo à frente na luta pela inclusão e justiça sociais e pelo exercício da cidadania, como também sugerem os autores abaixo citados:

[...] a preocupação com questões graves que representem obstáculos para a construção plena da cidadania, ferindo a dignidade das pessoas e diminuindo, assim, seu nível de qualidade de vida são pautas a serem refletidas, ações a serem construídas coletivamente e parcerias a serem estabelecidas. (FERREIRA; SILVA; ZANATTA, 2012, p. 57).

Surge então a seguinte problemática: Como as políticas públicas podem contribuir para o desenvolvimento territorial de comunidades rurais menos favorecidas? Assim, voltando-se para essa perspectiva e especificamente para o caso a ser analisado, a presente pesquisa, que tem o desenvolvimento territorial como objeto de estudo e a literatura produzida sobre o tema como campo teórico, buscará responder as seguintes questões: Quais políticas e/ou ações públicas foram acessadas pela Comunidade Quilombola da Serra do Evaristo, localizada no município de Baturité-Ceará e como essas contribuíram para o desenvolvimento territorial, em seus diferentes aspectos? As políticas públicas que foram acessadas pela Comunidade Quilombola da Serra do Evaristo, até então, tornam-se suficientes para promover o desenvolvimento territorial desejado? E partindo-se do pressuposto de que o acesso às políticas públicas por parte dos moradores da referida comunidade, ainda seja exíguo, quais seriam as ações necessárias e possíveis para atender as principais demandas locais, a fim de promover o desenvolvimento territorial?

Diante de tais questões, o objetivo geral da pesquisa consiste em identificar as políticas e ações públicas que foram acessadas pela Comunidade Quilombola da Serra do Evaristo nas últimas quatro décadas e analisar como tais políticas e ações contribuíram para seu desenvolvimento em suas diferentes dimensões. Sendo estabelecidos como objetivos específicos: explanar sobre políticas públicas e sua importância para a promoção do desenvolvimento territorial; descrever a comunidade estudada, em seus diferentes aspectos; identificar, a partir da percepção dos membros da comunidade, quais as principais ações e/ou políticas públicas que mais contribuíram para o seu desenvolvimento até o momento; caracterizar cada uma das ações e/ou políticas públicas acessadas, que os moradores julgam como as mais importantes para a comunidade, analisando desde o objetivo da ação até os resultados obtidos com sua implantação; e por fim, identificar os maiores desafios enfrentados e as principais perspectivas da comunidade em relação ao desenvolvimento do local.

Visando o cumprimento dos objetivos traçados, este trabalho tem sua estrutura dividida em seis capítulos. O capítulo 1 se refere a esta introdução. O capítulo subsequente trata do Referencial Teórico, em que se expõe a revisão da literatura sobre Políticas Públicas, Desenvolvimento Territorial e Comunidades Quilombolas, estabelecendo relação entre as três temáticas. A Metodologia da Pesquisa é apresentada no capítulo 3, em que são explicados os procedimentos e técnicas adotados para a realização da pesquisa. O capítulo 4 aborda as principais características da comunidade, enfatizando os aspectos históricos, bem como os aspectos identitários, culturais e sociais que caracterizam a vida comunitária. Além disso, o capítulo traz uma breve apresentação da associação local, que é o principal instrumento de autoafirmação da comunidade. Assim, o capítulo analisa algumas dimensões que são fundamentais para uma compreensão mais detalhada das formas de organização social e espacial da Comunidade Quilombola do Evaristo ao longo das últimas décadas. No capítulo 5, foram apresentados os Resultados e Discussões da Pesquisa. O capítulo dá voz à Comunidade, trazendo não apenas o que foi por ela considerado como principais políticas e/ou ações públicas que contribuíram para o seu desenvolvimento, mas também aquilo que considera como principais desafios ainda a serem enfrentados. Por fim, no capítulo 6 traz as Considerações Finais, em que se faz uma reflexão acerca da pesquisa e de seus resultados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

De acordo com Secchi (2011, p. 01), as “políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões”. Conforme a definição de Rodrigues (2011, p. 13), entende-se por política pública, “o processo pelo qual os diversos grupos que compõem a sociedade – cujos interesses, valores e objetivos são divergentes – tomam decisões coletivas, que condicionam o conjunto dessa sociedade”. Em outra definição, as políticas públicas são vistas como “diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado” (TEIXEIRA, 2002, p. 02).

Embora não se tenha uma definição consensual na literatura, a política pública pode ser definida de forma simples, como “uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público” (SECCHI, 2011, p. 02).

Heidemann (2009) apresenta visão semelhante, no sentido de considerar amplamente as políticas públicas, como sendo as “decisões e ações de governo e de outros atores sociais”, afirmando que,

Em termos político-administrativos, o desenvolvimento de uma sociedade resulta de decisões formuladas e implementadas pelos governos dos Estados nacionais, subnacionais e supranacionais em conjunto com as demais forças vivas da sociedade, sobretudo as forças de mercado em seu sentido lato.

Quando uma coletividade se depara com problemas que interfiram na qualidade de vida dos cidadãos, bem como no desenvolvimento do território do qual esses fazem parte, esta passa a demandar determinados serviços ou ações que atuem no tratamento dessas dificuldades e no atendimento de suas necessidades. Tais problemas devem compor a agenda dos formuladores de políticas públicas, que por sua vez, precisam elaborar ações que devam ser implementadas de forma a garantir, eficaz e eficientemente, a melhoria de tais condições objetivas. Assim, segundo Rodrigues (2011, p. 13), “quando decisões coletivas são tomadas, elas se convertem em algo a ser compartilhado, isto é, em uma política comum”.

A autora ainda complementa, afirmando que:

[...] políticas públicas são resultantes da atividade política, requerem várias ações estratégicas destinadas a implementar os objetivos desejados e, por isso, envolvem mais de uma decisão política. Uma de suas características principais é que políticas

públicas constituem-se de decisões e ações que estão revestidas da autoridade soberana do poder público. (RODRIGUES, 2011, p. 14).

Muito se fala a respeito do papel do Estado no atendimento das diversas demandas públicas, a fim de reduzir a intensa desigualdade social e permitir o acesso, de forma mais igualitária, a serviços que garantam melhores condições de vida aos cidadãos. Conforme afirmam Silva e Bassi (2012, p. 15) “o Brasil é uma terra de desiguais em termos de oportunidades e de condição de vida. O papel do Estado é tornar mais equitativas estas oportunidades a fim de amadurecer a soberania e o processo de desenvolvimento nacional”. Ainda segundo os mesmos autores,

[...] o desafio de amadurecimento do Estado brasileiro depende de governos e políticas públicas inovadoras que permitam a inclusão da população na condição de cidadão digno e capaz de tomar suas decisões e contribuir para o desenvolvimento nacional. Estas políticas públicas inovadoras são cada vez mais descentralizadas, para se adaptarem à estrutura e às condições da realidade local, o que torna ainda mais complexa a capacidade governamental de propor, estabelecer, implementar e avaliar políticas desse tipo. (SILVA; BASSI, 2012, p. 15).

Percebe-se que a atuação do Estado se apresenta como sendo de grande importância na implementação de políticas públicas capazes de transformar positivamente as condições de vida dos cidadãos, mas também que há um conflito entre a ideia anterior e aquela de que se faz necessária a atuação dos cidadãos, na identificação, formulação e implantação dessas iniciativas. Relacionando-se a este fato, nota-se que existe, na literatura, uma discussão teórica no que se refere ao conceito e características das políticas públicas, mais especificamente, em relação aos atores envolvidos nesse processo.

Nesta perspectiva, alguns autores, defensores da abordagem estatista², entendem que as políticas públicas, para serem consideradas como tal, devem ser elaboradas e implementadas necessariamente pelo Estado, qualquer outra ação que não seja realizada nessas condições não caberia a essa determinação. Assim, de acordo com Silva e Bassi (2012, p. 17),

Apenas o governo pode implementá-las porque possui a capacidade de universalização, coerção e regulamentação e pode adotar medidas com caráter universal, que atenda a todo o povo ou de forma generalizada tenha maior poder de alcance.

Seguindo a mesma linha de raciocínio da abordagem estatista, Rodrigues (2011, p. 18) afirma que “é o Estado que detém o poder e a autoridade para fazer valer, para toda a

² Os autores da abordagem estatista consideram as políticas públicas como monopólios de atores estatais. Assim, de acordo com essa visão, é a personalidade jurídica do ator protagonista que determina se uma política é ou não “pública”. (SECCHI, 2011, p. 02).

população que vive num território delimitado, as políticas que se processam de diversos interesses, necessidades e demandas da sociedade”, defendendo, pois, a ideia de que o que deve ser considerado para se caracterizar uma política pública é o caráter mandatório e impositivo (próprio do Estado), e não o conjunto social atingido pelos benefícios gerados em virtude dessa iniciativa (RODRIGUES, 2011, p. 18). Desse modo, de acordo com a concepção da autora, as políticas públicas podem ser entendidas como “a *intervenção do Estado no ordenamento da sociedade por meio de ações jurídicas, sociais e administrativas* [...]” (RODRIGUES, 2011, p. 18-19, grifo da autora).

Embora admitam a participação de outros atores no processo de elaboração de políticas públicas, os defensores dessa abordagem, ao contrário dos autores multicêntricos, não atribuem aos atores não estatais a liberdade de desempenhar o papel de agente principal nesse processo (SECCHI, 2011, p. 03), negligenciando que:

[...] o governo não é o único ator no desenvolvimento e implantação de políticas públicas. Vários atores participam deste processo, como associações, Organizações Não Governamentais (ONGs), empresas, instituições públicas e privadas, entre outros, são considerados importantes agentes de políticas públicas. (SILVA; BASSI, 2012, p. 18).

Assim, para os que defendem tal abordagem, no processo de políticas públicas esses atores não estatais, ou atores privados, apresentam-se apenas como influenciadores da tomada de decisão, ao exercerem pressão sobre o governo para que este desenvolva ações voltadas a enfrentar determinado problema público. Os que, de fato, detêm o poder de decidir sobre as políticas públicas são os atores públicos, ou seja, àqueles que atuam diretamente na produção e execução de políticas públicas, dentre esses estão, os gestores públicos, os juízes, os parlamentares, os burocratas, os políticos (membros do Executivo), além das organizações e instituições de governo e internacionais (RODRIGUES, 2011. p. 21-22).

Nas palavras de Secchi (2011, p. 04), “não há dúvidas [...] de que o Estado moderno se destaca em relação a outros atores no estabelecimento de políticas públicas”. No entanto, muitas vezes o que se observa é que os atores governamentais não conseguem ser suficientes no desenvolvimento de políticas públicas específicas que consigam atender a toda coletividade, em suas particularidades.

Diante disso, vale considerar as políticas públicas implementadas por atores não governamentais, ou seja, àquelas estabelecidas por outras categorias de atores, como as organizações do terceiro setor, instituições da esfera privada, grupos de interesse, e outros.

Secchi (2011, p. 04, grifo do autor), um defensor da abordagem multicêntrica³, argumenta que “a essência conceitual de políticas públicas é o **problema público**”, assim, o fato das ações advindas de outras organizações não estatais também serem consideradas políticas públicas, baseia-se na perspectiva de que elas podem ser assim definidas desde que o problema que a iniciativa se destina a enfrentar seja público. Ou seja, “o que define se uma política é ou não pública é a sua intenção de responder a um problema público, e não se o tomador de decisão tem personalidade jurídica estatal ou não-estatal” (SECCHI, 2011, p. 04).

Conforme Teixeira (2002, p. 02), “nem sempre ‘políticas governamentais’ são públicas, embora sejam estatais. Para serem ‘públicas’, é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios, e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público”. Cabe aqui ressaltar a distinção entre “Políticas Públicas” e “Políticas Governamentais”, visto que essas últimas se referem às “políticas elaboradas e estabelecidas por atores governamentais” (SECCHI, 2011, p. 04), e se constituem no mais relevante subgrupo de um conjunto bem mais amplo, que é o das políticas públicas.

Heidemann (2009) corrobora com esta ideia, como evidencia o texto em destaque:

A perspectiva de política pública vai além da perspectiva de políticas governamentais, na medida em que o governo, com sua estrutura administrativa, não é a única instituição a servir à comunidade política, isto é, a promover “políticas públicas”. Uma associação de moradores, por exemplo, pode perfeitamente realizar um “serviço público local”, movida por seu senso de bem comum e sem contar com o auxílio de uma instância governamental superior ou distante. Outras entidades, como as organizações não governamentais (ONGs), as empresas concessionárias e as associações diversas da sociedade também se incluem entre os agentes de políticas públicas, em toda parte.

Na mesma linha de pensamento, Spink (2015, p. 13) defende que “chave é a proposta de que governos não tem o monopólio sobre o público e que o público nunca abriu mão da sua disposição de agir publicamente”. O autor utiliza a abordagem “ação pública” para se referir às atividades voltadas para a promoção do bem comum que são desenvolvidas não apenas pelo poder estatal, mas também pelos próprios membros do público, como sugere o autor. A ideia aqui apresentada é que o alcance da ação pública vai além das ações do Estado e envolve o que é feito pelo público – não apenas para o público (SPINK, 2015, p. 13).

Ainda segundo esse autor,

³ De acordo com Secchi (2011, p.02), autores da abordagem multicêntrica consideram pública, uma ação ou qualquer outra iniciativa cujo problema a qual se destina a enfrentar seja público.

Ação pública oferece uma abordagem de médio alcance para os assuntos públicos. Não requer que o estado, governo, sociedade civil, serviços públicos, cidadãos, governança e outros pedaços sejam apresentados de maneira arrumada e lógica. Ao contrário, reconhece que as diferentes relações e noções são definidas por atores implicados com posições muito diferentes sobre estado e sociedade. (SPINK, 2015, p. 14-15).

Assim, tais políticas desenvolvidas por entidades não estatais podem dispor de contribuições relevantes, principalmente às comunidades menos favorecidas, não contempladas satisfatoriamente pelo poder público, e com necessidades e perspectivas de desenvolvimento. Dessa forma, pode-se entender que o propósito fundamental de uma política pública seja atender determinada necessidade da população, ao atuar na minimização ou solução de problemas que atingem uma coletividade, por meio de ações voltadas a transformar realidades.

Diante disso, defende-se que as políticas públicas, para serem entendidas como tal, ainda precisam ser consideradas com base em dois aspectos fundamentais, sendo eles a ação e a intenção. De acordo com Heidemann (2009),

[...] pode até haver uma política sem uma intenção formalmente manifestada, mas não haverá de forma alguma uma política positiva se não houver ações que materializem uma intenção ou propósito oficial eventualmente enunciado. Portanto, não há política sem ação [...].

Secchi (2011, p. 02) confirma esta ideia, enfatizando a “intencionalidade pública e resposta a um problema público” como elementos fundamentais para a definição de uma política pública.

2.2 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

De acordo com alguns autores, o conceito de desenvolvimento passou, ao longo do tempo e da história, por transformações significativas em relação ao sentido em que este era utilizado. O conceito, que antes era mais relacionado à perspectiva de crescimento econômico e industrialização, passa a ser entendido de forma mais ampla, sendo associado a outras dimensões, para além da econômica. Assim, na visão de Santos et al. (2012, p. 45),

Historicamente, o conceito vem sendo construído com base em três visões paradigmáticas: desenvolvimento como crescimento econômico, desenvolvimento como satisfação das necessidades básicas e desenvolvimento como elemento de sustentabilidade socioambiental.

Conforme Veiga (2010), uma maneira bastante superficial, embora mais frequente, de definir desenvolvimento é tratando-o simplesmente como sinônimo de crescimento

econômico ou, ainda, afirmando que “o desenvolvimento não passa de reles ilusão, crença, mito, ou manipulação ideológica” (VEIGA, 2010, p. 17). Por sua vez, o autor critica essa visão simplista, acreditando na ideia muito mais ampla de desenvolvimento, que vai além do ponto de vista de crescimento ou de ilusão. Sobre essa “tão simplória definição do desenvolvimento” (VEIGA, 2010, p. 22), onde o termo se confunde simplesmente com crescimento econômico, Veiga afirma ainda que:

Com tal perspectiva, eles só percebem fenômenos econômicos secundários, como o crescimento do PIB, o comportamento das exportações, ou a evolução do mercado acionário, mas não reparam nas profundas disfunções qualitativas estruturais, culturais, sociais e ecológicas que prenunciam a inviabilidade dos “quase-Estados-nação subdesenvolvidos”. (VEIGA, 2010, p. 23).

Assim, o autor apresenta definições mais concisas do que acredita ser desenvolvimento. Para Veiga (2010), o termo pode ser melhor definido de acordo com a visão de Celso Furtado, o qual afirma que:

[...] o *desenvolvimento* se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento. (FURTADO, 2004, p. 484 apud VEIGA, 2010, p. 81-82, grifo do autor).

Percebe-se, portanto, que o termo passa a ser utilizado para descrever um conjunto diferente de fenômenos, assumindo dimensões diversas e um caráter mais complexo e abrangente em termos conceituais. Corroborando com esta visão, Bonente e Almeida Filho (2007) defendem o que chamam de “Nova Economia do Desenvolvimento”, onde o desenvolvimento deixa de ser idealizado como:

[...] aquele “desenvolvimento econômico” do período anterior, medido somente em termos da produção nacional (preferencialmente a produção *per capita*, incapaz de mostrar a existência de disparidades de renda) e que tinha como meta diminuir as disparidades de renda entre as nações, mas um desenvolvimento que é “sustentável” em sentido amplo, ou seja, um desenvolvimento baseado em uma sustentabilidade “física” (ecológica), “econômica” (de durabilidade ao longo do tempo) e “social” (inclusiva). (BONENTE; ALMEIDA FILHO, 2007, p. 11-12).

Torna-se relevante destacar que o referido termo é passível de assumir diferentes adjetivos, podendo ser entendido de acordo com o contexto em que este é empregado. Assim, diante da multiplicidade das dimensões que abarca hoje, a palavra “desenvolvimento” geralmente vem acompanhada de outras expressões, como, por exemplo, local, integrado, sustentável e territorial (SANTOS et al., 2012, p. 51).

No que se refere ao aspecto territorial do desenvolvimento, este se torna importante na perspectiva de considerar as desigualdades espaciais existentes, bem como as medidas necessárias para que esses espaços, e as comunidades que abrigam, consigam progredir, nos diferentes aspectos que a eles são inerentes (BONENTE; ALMEIDA FILHO, 2007, p. 13).

De acordo com Abramovay (2007, p. 21), “territórios são resultados da maneira como as sociedades se organizam para usar os sistemas naturais em que se apóia a sua reprodução [...]”, esclarecendo ainda que “não se definem por limites físicos e sim pela maneira como se produz, em seu interior, a interação social” (ABRAMOVAY, 2007, p. 20). Seguindo a mesma concepção de visualizar o território para além de seus limites geográficos, Brandão (2007, p. 54) o define como “unidade privilegiada de reprodução social, denominador comum, desembocadura, encarnação de processos diversos e manifestação de conflitualidades”.

O fragmento a seguir reafirma essa concepção de interação social representada pelos territórios:

Os territórios não são apenas o receptáculo geográfico neutro onde empresas, coletividades e indivíduos atuam: cada vez mais, eles vão-se tornando verdadeiros atores, em virtude da interação que promovem entre os conhecimentos das empresas, dos representantes eleitos, do setor associativo local e dos próprios órgãos do Estado. (BEDUSCHI FILHO; ABRAMOVAY, 2003, p. 07, grifo do autor).

Compreende-se desta forma, que os territórios não devem ser entendidos apenas como espaços meramente geográficos, ou como, nas palavras de Ferreira, Silva e Zanatta (2012, p. 55) “um conjunto dos sistemas naturais e sistemas de coisas superpostas”, eles precisam ser considerados em toda sua extensão como locais em que determinadas populações conduzem as atividades que as caracterizam, sejam culturais, econômicas ou sociais.

Seguindo a mesma linha de pensamento, Beduschi Filho e Abramovay (2003, p. 13) sublinham, conforme trecho transcrito em seguida, a relevância que a questão da identidade representa para o desenvolvimento territorial:

O conceito de identidade (cultural, histórica e geográfica) assume um papel muito importante na definição de um território. Modificam-se as percepções que os diferentes atores têm do espaço, facilitando as ligações entre as instituições e os atores a respeito de novas concepções e desafios. As políticas passam a ser definidas segundo demandas de desenvolvimento e não mais demandas puramente administrativas.

Nessa perspectiva, torna-se possível aproximar a visão de desenvolvimento a aspectos associados ao modo como vivem as pessoas que ocupam determinados espaços, levando em

consideração o quão satisfeitas elas estão em relação às condições de vida às quais são submetidas e em que nível e circunstâncias suas demandas são atendidas. Nas palavras de Santos et al. (2012, p. 58), “o desenvolvimento é um fenômeno complexo que ainda não tem uma definição esclarecedora e conclusiva sobre o seu significado. Entretanto, tem uma função social importante que é promover o bem-estar da humanidade”.

É neste ponto que os dois conceitos, políticas públicas e desenvolvimento, aproximam-se, visto que as políticas públicas são tidas como mecanismos capazes de transformar a realidade de indivíduos no que se refere ao atendimento de suas necessidades, a manutenção de condições de vida digna e/ou ao acesso a recursos necessários à promoção do bem-estar social, isto porque, ainda na visão de Santos et al. (2012, p. 55),

[...] só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das escolhas e das oportunidades do indivíduo, possibilitando uma vida longa, saudável, com acesso a recursos necessários para um nível de existência digno da geração atual e futura.

Nesse mesmo sentido de associar políticas públicas à questão do desenvolvimento, o território ganha destaque, quando se defende que esse espaço “precisa ser visto com a possibilidade de ser o lugar de todos, sem excluir quem quer que seja” (VILLA VERDE, 2004 apud FERREIRA; NEGRELLE; ZANATTA, 2010, p. 16). Corroborando com este pensamento, enfatiza-se ainda a importância do papel do Estado para a gestão territorial do desenvolvimento, visto que “a responsabilidade pública deve prevalecer para que as desigualdades não sejam agravadas. E, por outro lado, cabe ao Estado o papel de gestor, planejador, regulamentador que defende os interesses da sociedade como um todo, e não de segmentos” (FERREIRA; NEGRELLE; ZANATTA, 2010, p. 16).

2.3 COMUNIDADES QUILOMBOLAS

As comunidades quilombolas são comunidades remanescentes de quilombos que, na época do sistema escravista, eram unidades criadas como apoio aos escravos que fugiam de seus senhores, tidos assim, como um meio de organização e resistência contra a escravidão que predominava no País. Nos dias atuais, o quilombo pode ser definido como:

[...] uma comunidade negra rural habitada por descendentes de africanos escravizados, com laços de parentesco, que vivem da agricultura de subsistência, em terra doada, comprada ou secularmente ocupada por seus antepassados, os quais mantêm suas tradições culturais e as vivenciam no presente, como suas histórias e seu código de ética, que são transmitidos oralmente de geração a geração. (SANTOS E TATTO, 2008 apud KANIKADAN, 2014, p. 62).

De acordo com Leite (2000, p. 344), “de todos os significados do quilombo, o mais recorrente é o que remete à ideia de nucleamento, de associação solidária em relação uma experiência intra e intergrupos”. Tais comunidades estão inseridas dentro do contexto de povos e comunidades tradicionais, que por sua vez, podem ser definidas, de acordo com o decreto 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, como:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Ainda de acordo com esta lei, os territórios que estas comunidades ocupam são definidos como:

[...] os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Territoriais e demais regulamentações. (BRASIL, 2007, art. 3º).

Assim, destacam-se as peculiaridades destes grupos sociais no que se refere à forma de organização social, à resistência a todas as dificuldades que enfrentam, à luta pelo atendimento de suas demandas, à relação que estes mantêm com o território do qual fazem parte, o reconhecimento da identidade cultural e preservação de costumes que transpassam gerações, entre outras características que a eles são inerentes. Desse modo, “falar dos quilombos e dos quilombolas no cenário político atual é, portanto, falar de uma luta política e, consequentemente, uma reflexão científica em processo de construção” (LEITE, 2000, p. 333).

A população quilombola está distribuída por todo território nacional, vivendo em grande parte dos casos, em comunidades formadas por forte vínculo de parentesco, mantendo ainda vivas tradições culturais e religiosas. “Os membros das comunidades estão ligados a trabalhos rurais, ou culturas de subsistência, e muitos dependem de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, entre outros” (FREITAS et al., 2011, p. 03).

No geral, essas populações que estão localizadas em lugares de difícil acesso, como nas zonas rurais, e que apresentam demandas peculiares, são mais raramente assistidas por políticas de apoio e acesso, cuja elaboração e implementação sejam de iniciativa do poder

público, seja ele municipal, estadual ou federal. A situação se torna ainda mais complicada quando tais populações não conseguem formar grupos organizados que as representem na busca pelo atendimento de suas necessidades. Os espaços urbanos costumam ter suas demandas urgentes mais facilmente atendidas, devido a uma maior atenção por parte dos atores governamentais no que diz respeito à destinação de políticas públicas, possibilitando, conseqüentemente, que esses espaços desfrutem de uma melhor infraestrutura e disponibilização de serviços públicos, do que àquelas comunidades rurais pouco assistidas (FERREIRA; NEGRELLE; ZANATTA, 2010).

Diante a tantos aspectos específicos relacionados às comunidades quilombolas é possível reconhecer a necessidade de que o processo de implementação de políticas públicas voltadas a atender determinadas comunidades, considere tais particularidades de modo a satisfazer, de forma mais eficaz, suas demandas de desenvolvimento. No entanto, as políticas públicas muitas vezes, não são acessadas por essas comunidades, visto que “historicamente, essas populações estiveram sempre à margem da sociedade” (KANIKADAN, 2014, p. 54), e ainda hoje, encontram dificuldades de desenvolvimento, sendo dificilmente consideradas para a elaboração de políticas públicas.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente pesquisa foi iniciada sem que houvesse um problema de pesquisa previamente definido, sem ainda se conhecer pessoalmente o campo que seria o local de estudo, nem suas características. Baseando-se nos estudos de Peter Spink (2013), Eliane Barbosa da Conceição (2013) defende que:

[...] os estudos acadêmicos não precisam necessariamente se caracterizar por um “planejamento antecipado de uma estratégia de pesquisa, com a identificação precisa de objetivos e a escolha deliberada de métodos de investigação e análise” (SPINK, 2013, p. 20 apud CONCEIÇÃO, 2013, p. 55).

Na realidade, o maior interesse se concentrava em pesquisar algo em que se pudesse participar diretamente das vivências do caso a ser estudado, o que posteriormente se transformaria em informações para a composição deste trabalho. Ou seja, umas das principais motivações para a escolha do tema a ser pesquisado foi a possibilidade de participar ativamente das atividades desenvolvidas pela comunidade estudada, aproximando-se das famílias do lugar, a fim de se conhecer mais profundamente o modo de vida que levavam.

Assim, o presente estudo adotou uma abordagem qualitativa da pesquisa, que segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 269), “preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc.”. Os dados e informações foram obtidos por meio do emprego de um conjunto de técnicas de pesquisa, que inclui a observação participante, a descrição, a vivência com a comunidade, por meio de conversas e entrevistas semiestruturadas, tanto individuais, como coletivas.

Quanto ao seu tipo, a presente pesquisa se classifica como um estudo de cunho descritivo. De acordo com Gil (2002, p. 42) “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno [...]”. Além disso, “são incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população” (GIL, 2002, p. 42).

No que se refere aos procedimentos técnicos utilizados, foi realizada, inicialmente, uma pesquisa bibliográfica, “que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc.” (SEVERINO, 2007, p. 122). Assim, escolhido o local de estudo, e tendo como ponto inicial o interesse em se conhecer a forma de organização da comunidade, procurou-se pesquisar, principalmente em

sítios eletrônicos, sobre comunidades quilombolas, e mais especificamente sobre a Comunidade da Serra do Evaristo, seus aspectos históricos e característicos, bem como realizar uma revisão da literatura sobre desenvolvimento territorial e políticas públicas. Dessa forma, tal procedimento possibilitou o embasamento teórico, que influenciou, posteriormente, na análise dos dados coletados na pesquisa.

Paralelamente ao procedimento de coleta de dados teóricos, por meio da pesquisa bibliográfica acima descrita, deu-se início à pesquisa de campo, como meio de acessar informações e dados empíricos. Segundo Severino (2007, p. 123), na pesquisa de campo, o “objeto/fonte é abordado em seu ambiente próprio. A coleta de dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador”.

Tipicamente, o estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias. (GIL, 2002, p. 53).

Dessa forma, foram realizadas, no total, 10 (dez) visitas à comunidade da Serra do Evaristo, sendo 4 (quatro) delas, para participar das reuniões da associação, em que se discutiu o planejamento estratégico da comunidade, 2 (duas) visitas para auxiliar em atividades administrativas da associação, 2 (duas) visitas para a realização das entrevistas individuais, 1 (um) encontro para a realização do grupo focal, e 1 (um) encontro com o presidente da associação que colaborou com informações mais técnicas a respeito das ações citadas pelos demais entrevistados.

Certamente, essa presença marcante da pesquisadora em seu campo de estudo pode caracterizar essa iniciativa como uma pesquisa etnográfica. Para Severino (2007, p. 119), a pesquisa etnográfica “visa compreender, na sua cotidianidade, os processos do dia a dia em suas diversas modalidades”, a fim de se conhecer melhor o estilo de vida e/ou a cultura específica do grupo social estudado (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 273). Desse modo, por meio da participação em determinadas atividades comunitárias, como em reuniões da associação local e auxílio no desenvolvimento de tarefas administrativas da entidade, além de conversas informais com os moradores, foi possível uma maior aproximação com os acontecimentos cotidianos da comunidade, possibilitando uma análise mais enfática da

realidade do lugar. Como exemplos dessa aproximação com a vivência cotidiana daquela comunidade podem ser citadas experiências como: (1) a utilização, pela pesquisadora, em diversas ocasiões em que para lá se dirigiu, do meio de transporte conhecido como pau de arara⁴; (2) A participação da pesquisadora nos encontros da associação de moradores; (3) almoço na residência de moradores; (4) contribuição da pesquisadora na organização de arquivos e documentos na associação de moradores, além de, (5) as inúmeras conversas informais travadas com a comunidade nas ocasiões em que lá esteve.

Assim, a pesquisa de campo se iniciou com a participação da pesquisadora em reuniões da associação comunitária que visavam à formulação de um planejamento estratégico, em que seriam traçados objetivos e ações para os próximos anos da comunidade, tais encontros eram liderados pelo presidente da associação, Sr. Evandro Ferreira e assessorados pelas professoras Andrea Kanikadan e Eliane Barbosa. A participação nas reuniões trouxe informações e questões importantes sobre a comunidade e forneceram os elementos para a problematização da pesquisa e proposição do seu objetivo.

O procedimento transcrito acima é chamado na literatura de observação participante, técnica de pesquisa que, segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 277), “implica na interação entre investigador e grupos sociais, visando coletar modos de vida sistemáticos, diretamente do contexto ou situação específica do grupo”. Dessa forma, a observação participante ajudou na definição da problemática e objetivos da pesquisa, visto que, fazendo uso desta técnica, se analisou as principais características da comunidade, sendo possível, a partir disso, delimitar o assunto com base nas questões mais destacadas pelos moradores, principalmente na ocasião das reuniões em que se discutia o planejamento estratégico participativo. A inquietação da pesquisadora, que, posteriormente, levou à definição do problema de pesquisa a ser estudado, decorreu justamente dos relatos presenciados nessas reuniões. Os moradores narravam as situações de penúria que viviam no passado, comparando com o modo de vida mais satisfatório que desfrutavam nos dias atuais, enfatizando que muitas das dificuldades enfrentadas antigamente foram minimizadas significativamente no decorrer do tempo. A partir de então, surgiu o interesse em entender o que havia acontecido na comunidade para ocasionar uma mudança tão expressiva na vida daquelas famílias, o que havia influenciado os moradores do local a dispor de maior força comunitária e vontade pela luta, capazes de transformar a realidade do lugar.

⁴ Meio de transporte que os moradores utilizam para se deslocar, todos os dias, até o centro da cidade.

Nesses encontros, a ação de observar como os participantes se articulavam, como narravam os acontecimentos relacionados à comunidade, bem como a participação direta nas atividades realizadas, auxiliando na definição dos objetivos da comunidade e nas ações a serem realizadas para alcançá-los, possibilitou um conhecimento prévio a respeito das principais demandas locais, favorecendo para se chegar à decisão do que seria especificamente estudado.

Definido o objetivo geral da pesquisa – que inicialmente foi assim estabelecido: identificar as políticas e ações públicas que foram acessadas, nas quatro últimas décadas, pela Comunidade Quilombola da Serra do Evaristo e analisar como tais iniciativas contribuíram para seu desenvolvimento – optou pela realização do grupo focal, com a finalidade de saber que políticas e ações públicas, implementadas nas últimas décadas, a comunidade julgava ter contribuído para o seu desenvolvimento.

Com a finalidade de ouvir um espectro mais amplo da comunidade, inicialmente foi proposta a realização de dois grupos focais, um com moradores vinculados à associação e outro com os não-associados. Mas, ao final, verificada a dificuldade de reunir esse último grupo, optou-se pelo grupo focal apenas com os associados e entrevistas semiestruturadas para os não-vinculados à associação.

Para Kitzinger (2000 apud TRAD, 2009, p. 780), “o grupo focal é uma forma de entrevistas com grupos, baseada na comunicação e na interação”, tendo como objetivo principal, a reunião de “informações detalhadas sobre um tópico específico [...] a partir de um grupo de participantes selecionados” (TRAD, 2009, p. 780). Dessa forma, o objetivo do grupo focal foi identificar políticas e/ou ações públicas passadas, consideradas importantes pelos participantes e que contribuíram para a comunidade chegar até seu estado atual. Participaram do grupo focal, 11 (onze) associados, sendo a maioria deles, integrantes da diretoria da associação. Essa foi, inclusive, a metodologia utilizada para escolher os participantes do grupo focal, àqueles representantes da comunidade mais ativos politicamente, que costumam discutir a respeito das questões sociais locais, sendo convidados pelo Presidente da Associação a se fazer presentes no dia e horário previamente marcados.

As entrevistas individuais semiestruturadas ensejam uma interação entre pesquisador e pesquisado, em que o primeiro busca apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam (SEVERINO, 2007, p. 124), por meio de roteiros previamente definidos, no entanto, passíveis de alterações, conforme necessário para uma

melhor condução da entrevista. Colaboraram com a pesquisa 6 (seis) moradores da comunidade, não vinculados à associação local. Isso porque, como mencionado anteriormente, houve também a preocupação em saber dessas pessoas, quais seriam as suas percepções sobre a vida em comunidade e sobre os impactos causados na vida de suas respectivas famílias pela implementação de determinadas ações oriundas da associação local ou de outras organizações.

A metodologia para a escolha desses participantes individuais se deu por indicação, também do presidente da associação, considerando que eram as pessoas que, na sua visão, melhor poderiam discorrer sobre o assunto pesquisado, sobre as ações comunitárias. Foram indicadas um total de 10 (dez) pessoas, no entanto, percebeu-se no decorrer da realização das entrevistas, que as respostas já estavam se tornando bastante repetitivas entre os entrevistados, as informações das ações e as opiniões sobre os principais impactos estavam sendo praticamente as mesmas, considerando-se então que não havia mais necessidade de continuar com o procedimento, diante da saturação das informações obtidas.

Para a consolidação dos dados referentes ao perfil dos participantes, foi utilizada a ferramenta do formulário do Google, por meio do qual os dados foram organizados em gráficos e em valores percentuais.

Ambas as formas de entrevistas, tanto individuais, como coletivas, foram precedidas pela apresentação do pesquisador e proposta de trabalho. Os participantes assinaram termo de consentimento livre e esclarecido, concordando em participar da entrevista e permitindo a utilização das informações por eles concedidas com a finalidade exclusiva de colaborar com o desenvolvimento da pesquisa, e ainda, que as informações fornecidas fossem utilizadas com fins estritamente acadêmicos. As entrevistas foram gravadas, com o consentimento dos entrevistados, e como resultados das transcrições das dezoito entrevistas, obtiveram-se 52 laudas. Esse material foi analisado de acordo com a revisão da literatura realizada.

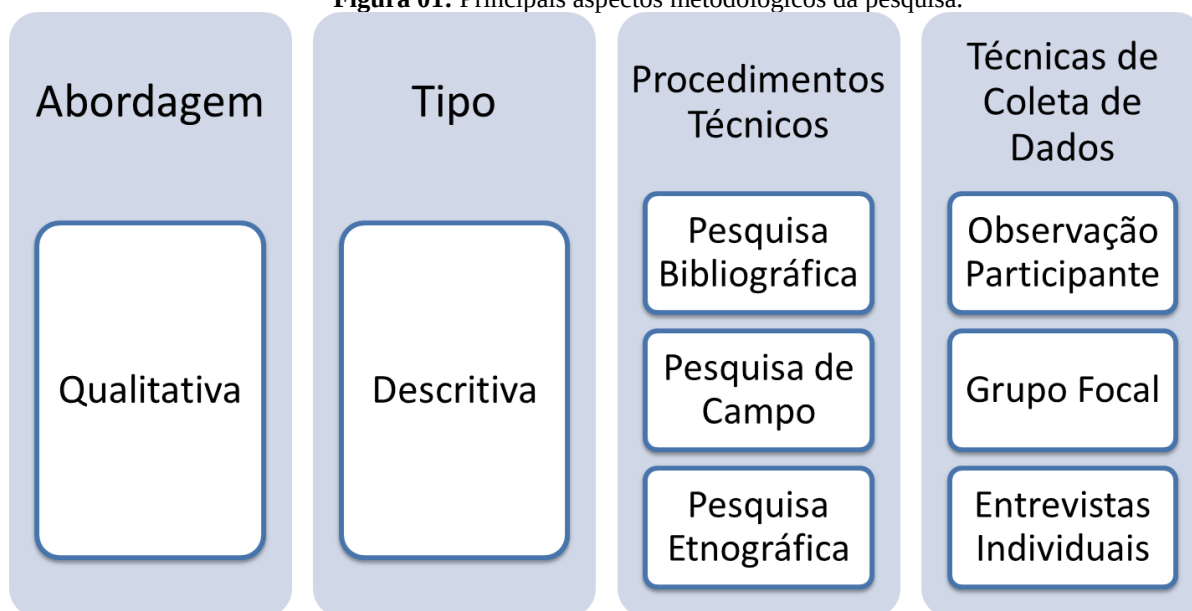
Ao longo da realização da pesquisa, foram encontradas algumas dificuldades que cabe aqui ressaltá-las. Um dos principais desafios foi o de delimitar um problema de pesquisa, uma questão específica a ser estudada na comunidade. Isso porque os aspectos relativos ao lugar são bastante ricos, tanto histórica como culturalmente, e as possibilidades de estudos que podem ser desenvolvidos no local se expandem à medida que se passa a conhecê-lo mais profundamente.

Outra dificuldade foi em relação à tentativa de conversar com uma das pessoas mais citadas pelos moradores, como um dos principais colaboradores para o desenvolvimento da comunidade até os dias atuais – um político de fora da comunidade. Foi possível realizar o contato por telefone, em que foi apresentada a proposta de trabalho e a intenção em dialogar a respeito de algumas questões referentes à Comunidade da Serra do Evaristo, sendo, na ocasião, marcada uma possível entrevista. No entanto, nenhuma das tentativas em realizar a entrevista foi bem-sucedida, uma vez que, a pessoa não comparecia nos locais e horários combinados.

No mais, os demais procedimentos ocorreram conforme o planejado, principalmente devido à significativa colaboração dos moradores da comunidade, que sempre se mostraram dispostos em transmitir as informações pertinentes, sendo, em todos os momentos, bastante atenciosos e receptivos, não medindo esforços em contribuir com a pesquisa assim como fossem solicitados.

A figura 01 sintetiza os principais aspectos metodológicos relacionados à pesquisa:

Figura 01: Principais aspectos metodológicos da pesquisa.



Fonte: Elaborada pela autora.

4 COMUNIDADE QUILOMBOLA DA SERRA DO EVARISTO: ASPECTOS HISTÓRICOS E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS.

O Maciço de Baturité é uma região localizada no sertão central cearense, composta por 13 municípios, sendo eles: Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção. A região se destaca por suas características relacionadas à localização, clima e belezas naturais, visto que é composta por serras de temperatura amena e marcada pela paisagem verde, contando com uma pequena faixa da Mata Atlântica, que foi transformada em Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra de Baturité. Abrangendo uma área de 32.690 hectares, é considerada “a primeira e mais extensa APA criada pelo Governo do Estado do Ceará” (SEMACE, 2017) ⁵.

A cidade que dá nome ao Maciço possui uma área territorial de 308.581 km², posicionando-se como a 4ª maior cidade do Maciço, depois de Ocara (765.412 km²), Aracoiaba (656.597 km²), e Itapiúna (588.699 km²) ⁶ (IBGE, 2016). Localizado a 106 km da capital cearense, Fortaleza, o acesso ao Município de Baturité pode ser feito por meio das rodovias CE-060 e CE-356. De acordo com o último censo, realizado no ano de 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do município de Baturité estimada para o ano de 2016 era de 35.154 habitantes, apresentando-se assim, como a cidade mais populosa da região do Maciço, com uma densidade demográfica de 107,98 hab./km².

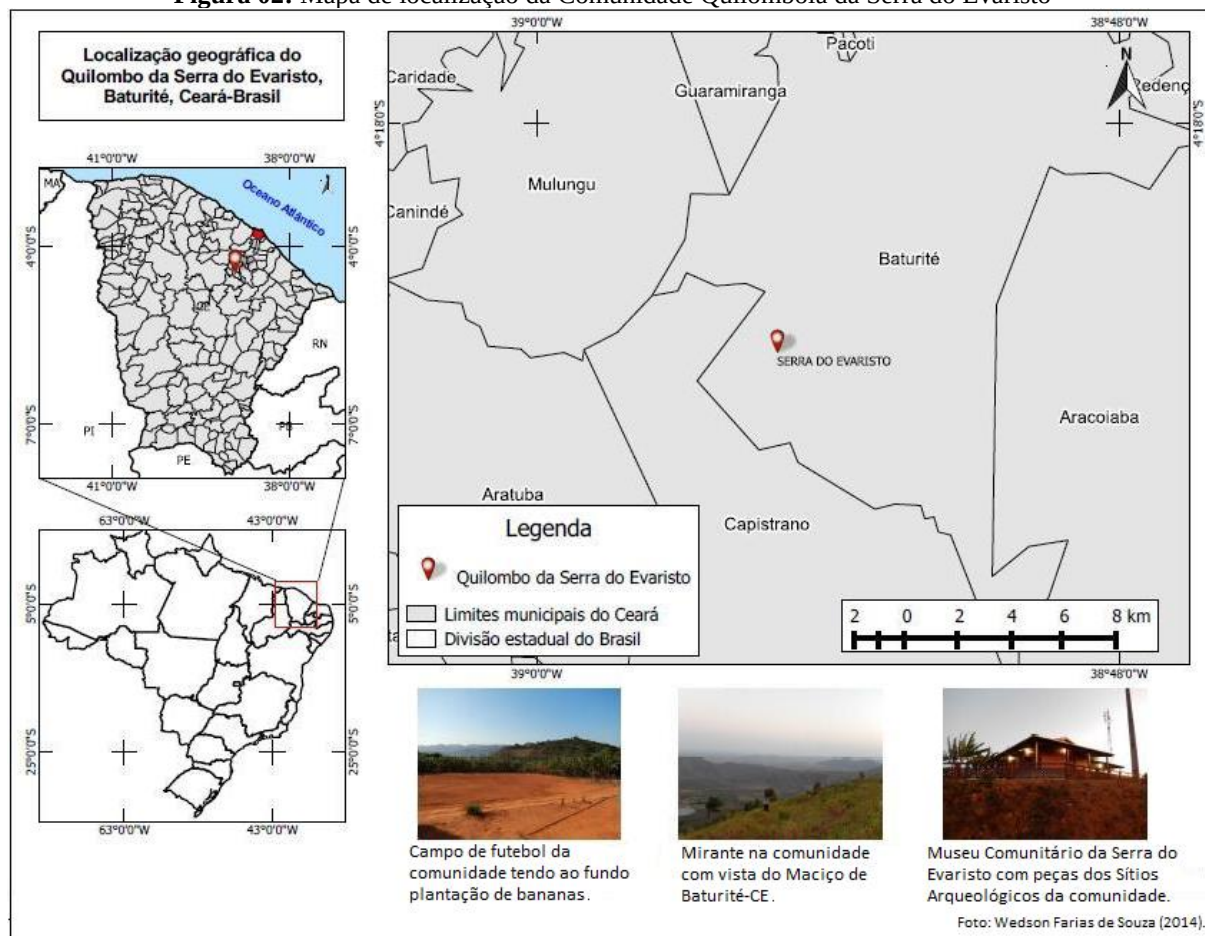
Em um dos pontos mais altos do município de Baturité, encontra-se a Comunidade Quilombola da Serra do Evaristo (Serra do Evaristo), localizada na zona rural, aproximadamente, a 12 quilômetros da sede do município. A dificuldade de acesso ao lugar se justifica pela estrada íngreme e com muitas curvas, pavimentada apenas em parte. A serra é marcada por características específicas, tais como vista exuberante de outros municípios da região e arredores, terreno bastante abrupto e clima mais ameno em relação à parte baixa. Com a bela paisagem e temperatura agradável, tem o poder de atrair pessoas, revelando-se assim como ponto turístico do município.

Diferente da estrada que dá acesso à localidade, e que se encontra, em parte, pavimentada, no local habitado pelas famílias ainda não existe pavimentação, e todo o percurso dentro da comunidade é feito por estrada de terra. Em sua área central, encontra-se a igreja, a escola, o centro comunitário, o ponto de cultura e o campo de futebol.

⁵ **Fonte:** <http://www.semace.ce.gov.br/2010/12/apa-da-serra-de-baturite/>.

⁶ **Fonte:** <https://cidades.ibge.gov.br/>.

Figura 02: Mapa de localização da Comunidade Quilombola da Serra do Evaristo



Fonte: Laboratório de Cartografia (LABOCART – UFC) (2014 apud Silva, A.B de O. et al., 2016, p. 1246).

A comunidade, que atualmente abriga aproximadamente 150 famílias, é considerada por muitas dessas, um lugar calmo e agradável de se viver. As pessoas costumam ser acolhedoras e prestativas, sendo suas ações marcadas por sentimentos de solidariedade e união para com todos, principalmente quando se trata da busca pela garantia dos direitos de seu povo. É o que fica nítido nas palavras de uma das moradoras do local:

É um lugar que quando você vem subindo, você não dá nada por esse lugar [...], mas quando chega aqui, Ave-Maria, o povo trata bem, um povo hospitaleiro! [...] Aqui na Serra é um lugar muito bom para se viver, é um lugar de gente bondosa, de gente, principalmente, trabalhadora, e honesta também, que é muito difícil hoje em dia viu [...].⁷

⁷ Nos depoimentos dos entrevistados, optou-se por corrigir certas pronúncias de palavras, de acordo com o modo padrão da língua, no entanto, sem ocasionar nenhuma alteração no sentido das falas.

4.1 ASPECTOS HISTÓRICOS

Em relação aos seus aspectos históricos, a Serra do Evaristo também apresenta traços bastante peculiares, capazes de impressionar pela importância e riqueza dos acontecimentos que atribuem destaque ao contar a história do lugar. Atualmente, a Comunidade pode ser vista como um local bastante rico, tanto cultural como historicamente, devido aos diversos fatos ocorridos que, ao longo do tempo, contribuíram para a formação da identidade local. A história da comunidade, desde a sua origem até os dias que se seguem, é marcada pela luta e resistência de seu povo em busca de sobrevivência, bem como da conquista de direitos e do atendimento de suas demandas e necessidades básicas.

De acordo com o conhecimento dos moradores mais antigos do lugar, que vem sendo repassado de geração em geração, a Serra do Evaristo é “uma comunidade originada de pessoas negras que procuravam abrigo por conta da exploração sofrida e pelo processo histórico de escravização” (SERRA DO EVARISTO, 2010),⁸ partir de então, a comunidade teria surgido, sendo o lugar escolhido como abrigo por essas pessoas pelo fato de ser um local de difícil acesso e pouco habitado na época. Acredita-se ainda, que não apenas os negros escravizados ocuparam o local em busca de refúgio, mas também povos indígenas, igualmente vítimas da opressão vivida naquele momento na região. Dessa forma, tais etnias teriam sido, a princípio, as que contribuíram para com o processo de formação da Comunidade da Serra do Evaristo, tendo utilizado o território ocupado como base para o desenvolvimento de suas práticas culturais e sociais (SERRA DO EVARISTO, 2010).

Supõe-se, ainda, que a ocupação negra na Serra do Evaristo se deu há mais de 250 anos, visto que determinadas fontes de informações encontradas, como os documentários realizados na comunidade e disponíveis em páginas de mídia na internet, apresentam relatos e depoimentos de moradores com mais de 80 anos de idade, os quais, por sua vez, contam histórias transmitidas por seus antepassados até a 3ª geração, ou seja, pais, avós e bisavós, que nasceram e se criaram na comunidade (OLIVEIRA, 2015).

Em relação ao nome que foi atribuído ao local, dentre as explicações existentes, o que se sabe, por meio de informações repassadas por pais, avós e outros ancestrais dos moradores, é que, provavelmente, “Evaristo” teria sido o nome de um índio que antigamente morava no

⁸ **Fonte:** <https://www.youtube.com/watch?v=OB3HnpsxPqM>.

lugar. Segundo o que relata o historiador João Artur Ricardo de Oliveira em seu blog “Academia Virtual de História”.⁹

Evaristo seria uma espécie de “mártir” local, figura indígena, guerreiro de tribo ou cacique, que lutou contra a exploração vinda da aristocracia da região de Baturité, em nome da comunidade e que abrigou os primeiros negros que chegavam ao local. (OLIVEIRA, 2015, p. 02).

Um dos moradores antigos da comunidade relata em documentário sobre as primeiras famílias que formavam a Serra do Evaristo, e sobre as primeiras mudanças ocorridas na sua forma de organização territorial:

[...] meus pais contavam que aqui só tinham duas famílias, era “Soares” aqui, e “Julião” para acolá, e encostado os “Leandros”, essas três famílias e mais nada. As casas eram longe uma das outras, e hoje cresceu do jeito que está. A família foi crescendo, casando uns com os outros, ou os deles traziam de lá de fora, ficavam aqui. Hoje as casas são em cima uma das outras, não tinha cajueiro, não tinha bananeira, só tinha mesmo mangueira, e nem era muita que nem é hoje. (SERRA DO EVARISTO, 2010).

Assim, acredita-se que essas famílias tenham deixado, como herança, as terras ocupadas por todas as famílias que compõem atualmente a comunidade, o que, conforme Oliveira (2015, p. 01), “aumenta a hipótese de que sejam remanescentes de culturas negras nascidas em formato de Quilombos”.

Embora a miscigenação entre as etnias negra e indígena tenha ocorrido na comunidade, percebe-se que os costumes trazidos pelos povos negros prevaleceram e são praticados até hoje pelos moradores, entre esses se destaca a Dança de São Gonçalo e os trabalhos em mutirões, além de outras práticas manifestadas cotidianamente. Tais elementos serviram de base para que a comunidade reconhecesse e passasse a lutar pela identidade negra (SERRA DO EVARISTO, 2010).

Desse modo, após um longo processo que envolveu o conhecimento da história dos povos que os antecederam, bem como o autorreconhecimento como descendentes de quilombolas, a população da Serra do Evaristo pôde, enfim, assumir-se como comunidade remanescente de quilombo, reivindicando no ano de 2007 o pedido para que fosse certificada como Comunidade Remanescente de Quilombo. Assim, em 11 de fevereiro de 2010, a

⁹ **Fonte:** <http://arturricardo-historiador.blogspot.com.br/2015/04/historia-da-serra-do-evaristo.html>.

comunidade foi oficialmente reconhecida e certificada pela Fundação Cultural Palmares (FCP)¹⁰, como Comunidade Quilombola da Serra do Evaristo.

No entanto, a comunidade vivencia certo impasse em relação à demarcação do território quilombola, visto que, “o prosseguimento na demarcação e titulação quilombola não foi dado encaminhamento. A questão sobre o território quilombola encontra-se em fase de debate e reflexão entre os moradores” (CHERMONT, 2013, p. 13). Uma das moradoras ressalta a importância dessa titulação como sendo mais um possível instrumento de luta para as causas coletivas:

[...] desde 2012 a gente adquiriu o título de Comunidade Quilombola, né, por conta de pesquisas que foram feitas na Comunidade e foi comprovado, que aqui na nossa Comunidade, tanto tinha índios, como remanescentes de quilombos, certo?! [...] e tendo esse título, a gente sabe os direitos que a gente tem, e que a gente pode buscar esses direitos.

4.2 VIDA COMUNITÁRIA

A Comunidade da Serra do Evaristo se destaca por sua atuação, ao longo das últimas décadas, na busca por espaços democráticos, a fim de garantir direitos sociais básicos para seus habitantes. Desse modo, por meio da Associação Comunitária local, a comunidade vem “participando da vida política local e interagindo com questões regionais e nacionais” (SOUSA; MORAES; LUIS, 2015, p. 01). Além disso, a comunidade também chama atenção pelo orgulho que demonstra pela identidade que seu povo assumiu, pelo lugar do qual faz parte e pela luta e resistência que são hoje seus traços distintivos.

Em relação a esse empoderamento comunitário, uma das moradoras do local relata o seguinte: “O pessoal é ativo né, porque assim, a comunidade vive bem porque ela corre atrás, entendeu? Ela não fica parada não. Aí a gente vive bem por causa disso, que a comunidade é muito ativa”. E outro morador ainda ressalta: “A gente tem que ter amor pela luta né, a luta faz a gente crescer muito”.

Essa luta e resistência tão enfatizadas pelos próprios moradores como uma das principais características da comunidade é explicada no sentido de que as pessoas que fazem parte do lugar buscam, incansavelmente, pela realização de seus anseios coletivos, enfrentando as dificuldades encontradas, sempre mantendo a força de vontade para a melhoria

¹⁰ Entidade vinculada ao Ministério da Cultura (MinC), tida como a primeira instituição pública voltada para a promoção e preservação da arte e da cultura afro-brasileira. (Fonte: http://www.palmares.gov.br/?page_id=95).

da vida coletiva. De acordo com alguns líderes comunitários, o fato de conseguir sustentar tudo o que já foi conquistado até o momento já pode ser considerada uma forma de resistência. Como exemplo de alguns dos resultados dessas lutas é possível citar a conquista pela reforma e ampliação da estrada que dá acesso ao local, embora não esteja ainda finalizada; a obtenção da Fazenda Manos Kolping, que se refere a uma área externa à comunidade, pertencente aos moradores para o desenvolvimento de suas atividades de cultivo; a preservação e valorização da história do lugar; e a participação nos movimentos comunitários, a exemplo, os mutirões.

Sobre esse movimento bastante praticado pelos habitantes da Serra do Evaristo, pode-se dizer que, de um modo geral, consiste em unir a força de trabalho dos moradores para realizar atividades que auxiliem um indivíduo, uma família, ou mesmo a comunidade como um todo.

Consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação etc. Geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho. Mas não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliam. (CÂNDIDO, 2001, p. 88 apud CHERMONT, 2013, p. 09).

Assim, os mutirões são organizados a partir do surgimento de alguma necessidade que envolva a vida em comunidade. Um dos moradores esclarece exemplificando que certo grupo de pessoas se reúne em mutirão para limpar o roçado de um dos colegas, em determinada semana. Em outra semana, outro grupo de moradores forma um mutirão para auxiliar outro morador em certa atividade, e assim sucessivamente. Para além das tarefas voltadas à agricultura, também são feitos mutirões para atuarem na construção de casas, na manutenção da estrada, e outros serviços que possam colaborar de alguma forma, para o bem-estar das famílias da comunidade.

A Serra do Evaristo é marcada também, segundo relatos, pela circularidade, seja nos movimentos, nas reuniões, ou nas decisões e ações que envolvam, de alguma forma, a vida comunitária. Isso por que se tem a ideia da importância de que todos os problemas e demandas advindos do lugar sejam resolvidos em conjunto e com o consenso e apoio de todos ou da maioria, ou seja, não há, dessa forma, uma hierarquia predominante na tomada de decisões. É o que declara uma das moradoras: “[...] tudo o que vão fazer eles têm que compartilhar uns com os outros sabe?! Se reúne ali, até quem ‘tá lá de fora’, querendo participar, para dar alguma opinião vai. É assim, ninguém nunca faz nada só [...]”.

Por outro lado, os próprios moradores do local, principalmente àqueles considerados, lideranças da comunidade, observam também determinadas deficiências no que se refere à forma de organização comunitária. Entre essas, destacam-se o fato da organização ser concentrada sempre em um mesmo grupo, na luta pelos benefícios coletivos; a falta de participação igualitária de todos os membros da comunidade; e ainda, a realidade da comunidade sobre não deter nível suficiente de organização política para ver eleito em cargos eletivos do município de Baturité e do estado do Ceará um membro local que a represente junto às instâncias políticas da região.

Ademais, a Serra do Evaristo se caracteriza como uma comunidade predominantemente católica, onde a religiosidade adquire cada vez mais força ao longo do tempo, relacionando-se com a maioria das atividades comunitárias realizadas. Em relação a este fato, torna-se relevante evidenciar um movimento essencialmente religioso que favoreceu o desenvolvimento de muitas atividades na referida comunidade, a chamada Obra Kolping¹¹.

Trata-se de “um movimento social católico, de caráter familiar que, por meio da formação e ação, visa a promoção integral da pessoa humana, principalmente do trabalhador e de sua família”. A organização, que tem como visão “constituir uma sociedade evangelizada e justa em que todos tenham oportunidades de auto realização e uma vida digna”, desenvolve determinados programas sociais que incluem os campos: Religião e Igreja, Trabalho e Profissão, Recreação e Cultura, Família e Comunidade, e Sociedade e Política, buscando cumprir a missão estabelecida de “transformar as realidades sociais no exercício da cidadania através do desenvolvimento profissional, ambiental, cultural, religioso e comunitário”¹².

No Brasil, a primeira Comunidade Kolping, nomeada de Associação Católica Kolping, foi formada em 22 de junho de 1923, na cidade de São Paulo. Hoje, abrangendo praticamente todo o território brasileiro, a Obra Kolping do Brasil conta com um total de aproximadamente, 7.700 associados que atuam em 213 Comunidades Kolping espalhadas pelo país. Presente em

¹¹ Quando oficialmente fundada, em 06 de maio de 1849 em Colônia, na Alemanha, a Obra Kolping denominava-se “Associação de Jovens Aprendizes”, composta na época por apenas sete jovens. A atual titulação “Kolping” advém do nome de seu fundador, Adolf Kolping (1813-1865), um sacerdote católico, reformador social, autor e editor, pastor de almas e conhecido como “pai dos jovens artesãos”. Conhecendo a difícil realidade de muitas famílias na época, o padre encontrou nesse tipo de Associação, um meio de intervir na miséria vivenciada por essas, um tipo de solução para os diversos problemas sociais enfrentados. Assim, interessado por essas questões sociais e motivado a transformar a vida dessas pessoas, utilizando-se dos valores que defendia, ele se dedicou totalmente à sua Associação, fazendo com que o movimento se expandisse pela Alemanha e pelo mundo todo, conseguindo fundar, antes da sua morte, 418 associações, com um total de 24.600 membros, em sete países da Europa. (Fonte: <http://www.kolping.org.br/nossa-historia/>).

¹² Fonte: <http://www.kolping.org.br/quem-somos/>.

19 Estados brasileiros mais o Distrito Federal, sendo distribuída em 118 municípios, a Obra Kolping do Brasil atua com base nos valores pregados, sendo eles: Fé em Cristo, Solidariedade, Honestidade, Responsabilidade e Qualidade¹³.

Entre as comunidades afiliadas por todo o Brasil está a Comunidade Kolping da Serra do Evaristo (CK Serra do Evaristo). Sendo apresentados à Obra Kolping em 1986 por um colaborador da comunidade¹⁴, os membros comunitários da Serra do Evaristo interessados, que por sua vez, já se reuniam em grupos para tratar de assuntos relacionados ao modo de vida que levavam na comunidade e sobre suas expectativas de progresso, começaram a estudar o movimento. Três anos depois, em 1989, acreditando nos ideais defendidos pelo sacerdote Adolf Kolping, os habitantes da comunidade se declararam “Kolping”, ocorrendo assim, a institucionalização da Associação como Comunidade Kolping da Serra do Evaristo.

A respeito desse acontecimento que marcou a vida da comunidade, um dos moradores relata o seguinte:

[...] eu digo sem ter medo de errar, que a organização daqui da Comunidade do Evaristo, ela só veio ter mais acesso, construir algo para que possa crescer, depois que foi afiliada à Kolping. [...] a Kolping ela teve esse espírito de união sobre a nossa comunidade.

“Todo o trabalho da Obra Kolping do Brasil se assenta na vida comunitária de seus membros. Nos grupos Kolping, é cultivado o relacionamento amigo, o clima familiar, a participação comunitária e o espírito democrático”¹⁵, traços esses, bastante característicos da atual forma de organização comunitária da Serra do Evaristo.

No período que antecedeu o movimento Kolping, foi a atuação da Comunidade Eclesial de Base (CEB), aproximadamente no período entre 1980 e 1989, que possibilitou os primeiros passos em direção à mudança de vida no lugar. Na época, a comunidade era bastante pobre, e sem muitas perspectivas de transformação. O movimento ligado às CEBs, por sua vez, incentivou a formação de grupos que discutissem a respeito do modo de vida em comunidade, da realidade cotidiana do povo do lugar, por meio também da prática de atividades religiosas. A partir disso, a CEB procurou impulsionar a realização de mutirões para a construção de casas, plantações, ajuda coletiva na agricultura, entre outras ações comuns a todos os

¹³ **Fonte:** <http://www.kolping.org.br/quem-somos/>.

¹⁴ João Batista Lima de Assis é advogado e professor, morador do município de Baturité. Ele mantém fortes laços com a comunidade, militando e acompanhando o quilombo há mais de 15 anos.

¹⁵ **Fonte:** <http://www.kolping.org.br/quem-somos/>.

moradores, influenciando, conseqüentemente, para o início do desenvolvimento da comunidade.

Torna-se importante entender melhor a respeito dessa outra forma de organização religiosa que foi bastante presente na vida da comunidade, principalmente no início da organização comunitária. Analisando a literatura voltada para o assunto, percebe-se que não há uma única definição referente às CEBs. De acordo com Betto (1985, p. 07), “as comunidades eclesiais de base (CEBs) são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos”. O autor procura, ainda, fazer uma reflexão de cada termo que compõe a sigla, separadamente, como meio de analisar de forma mais minuciosa a referida expressão:

São comunidades, porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma igreja e moram na mesma região. Motivadas pela fé, essas pessoas vivem uma comum união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São eclesiais, porque são congregadas na Igreja, como núcleos básicos de comunidade de fé. São de base, porque são integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares) donas de casa, operários, subempregados, aposentados, jovens e empregados dos setores de serviços, na periferia urbana; na zona rural, assalariados agrícolas, posseiros, pequenos proprietários, arrendatários, peões e seus familiares. (BETTO, 1985, p. 07).

Para Michel Löwy (1995, p. 46 apud SCHIAVO, 2009, p. 03), as Comunidades Eclesiais de Base são “pequenos grupos de leigos organizados nas paróquias, bairros, favelas, vilas e/ou comunidades rurais que se reúnem para ler a bíblia e discuti-la à luz da sua própria existência”.

Apesar de se diferenciarem em parte, percebe-se que as definições se complementam, no sentido de visualizar as CEBs como uma forma de reunir grupos de determinada comunidade para se utilizar da atividade religiosa como meio de refletir sobre a própria realidade cotidiana, sendo essa, uma das principais características desse modelo de organização católica. Segundo Regidor (1996, p. 17 apud SCHIAVO, 2009, p. 03), “é por causa dessa prática que as CEBs constituíram o lugar de um processo de conscientização dos cristãos em face dos problemas sociais e eclesiais”.

No que se refere à agricultura local, o cultivo da banana é intenso e, visivelmente, predominante no lugar. O fato chama a atenção porque evidencia a prática incorreta, por parte dos produtores locais, visto que a atividade excessiva da monocultura pode causar o empobrecimento do solo, podendo tornar-se um grave problema futuro. Nesse sentido, os

moradores citam o desmatamento e a degradação da Serra como um dos pontos fracos do local. A respeito dessa questão relacionada ao uso do território, defende-se que:

Em relação ao território, especial cuidado deve ser dedicado às complexas áreas de Unidades de Conservação (UC), em razão da riqueza em sociodiversidade e biodiversidade, bem como pelos diversos conflitos ambientais e sociais relativos ao uso da terra. (ADAMS, 2000a; SANTILLI, 2005 apud FERREIRA; NEGRELLE; ZANATTA, 2010, p. 19).

Segundo o que relataram em algumas conversas em grupo, apesar de outras culturas terem sido cultivadas no passado, como a macaxeira, arroz, feijão-mulatinho, algodão e café, estas não foram preservadas. Vale ressaltar também que a agricultura de subsistência (produção para o próprio consumo) é algo ainda realizado na comunidade, embora, segundo relatos, tenha sido uma prática bem mais comum no passado. Hoje há uma maior atividade de comércio do que é produzido, onde se planta e se produz para vender externamente, na feira do próprio município, ou até mesmo em outras regiões.

Sendo essencialmente constituída por agricultores, na comunidade a atividade agrícola (basicamente o plantio de bananeiras) se apresenta como a principal fonte de renda das famílias. Contudo, outras fontes de renda podem ser identificadas, como a aposentadoria dos idosos, os programas de transferência de renda do Governo, principalmente o Bolsa Família, além do serviço público municipal, embora seja um percentual bem pequeno, visto que existem os funcionários públicos que atuam tanto na própria comunidade, como os professores, gestores escolares, merendeiras, auxiliares de serviços gerais, que trabalham na escola local, e os agentes de saúde do bairro, como também os que prestam serviço na sede do município. Àqueles que não encontram, em nenhuma dessas áreas, sua fonte de renda, são obrigados a sair do seio familiar em busca de emprego fora da comunidade, deslocando-se principalmente, para a cidade de Fortaleza, para atuarem em atividades de construção civil, por exemplo.

Em relação ao fato da comunidade ser considerada tradicional, deve-se aos movimentos culturais e religiosos que surgiram no local ou foram trazidos por outras pessoas externas à comunidade, e cujas práticas persistem até os dias de hoje. Um exemplo dessa cultura tradicional é a, já citada, Dança de São Gonçalo, muito conhecida e praticada entre os moradores. Segundo Oliveira (2010), tal manifestação cultural e religiosa teria sido apresentada à comunidade por uma das primeiras famílias do lugar, os Juliões. Ainda assim, existem diferentes versões entre os moradores para explicar seu surgimento. Uma das

explicações relatadas por uma moradora antiga em depoimento é que, “a Dança teria surgido para retirar mulheres da prostituição” (OLIVEIRA, 2010, p. 02).

[...] as chamadas “mulheres perdidas” tiveram um encontro com um homem, que seria o São Gonçalo, que lhes ensinou a dança, tocando um instrumento musical e desde então retirando-as da prostituição. Para ela, essa seria a justificativa de as mulheres serem as envolvidas principalmente na manifestação e os homens sempre na função de instrumentistas, que dão o tom do “arrastapé sagrado”. (OLIVEIRA, 2010, p. 02).

No entanto, a história contada por muitos moradores do local, é que o surgimento da Dança de São Gonçalo está relacionado com a escassez de água no lugar. A prática seria, portanto, um meio de pedir ou agradecer pela chuva, como relata uma das atuais moradoras: “[...] esse povo tem uma tradição, quando eles fazem a Dança é para negócio de chuva, [...] eles acreditam nisso, que quando faz a Dança para São Gonçalo chove, tem um bom inverno”.

[...] a história da dança de São Gonçalo teria surgido numa oportunidade de falta de água, onde o santo, ao som de rabeca, ao redor de um poço, colocou moças para dançarem. Desde então, a dança é repetida ao som de instrumentos musicais populares como rabeca e sanfona e dançada por mulheres. É o santo que recebe mais promessas na comunidade, com pedidos voltados para todo tipo de graça. (OLIVEIRA, 2010, p. 02).

Atualmente, mesmo sendo uma prática antiga, a Dança ainda é uma das principais atividades culturais e religiosas praticadas pelos habitantes da Serra do Evaristo, atraindo tanto as pessoas da própria comunidade, como também pessoas de fora, interessadas em prestigiar tal tradição. Mantêm-se devido aos esforços, principalmente por parte das pessoas que formam a associação comunitária do local, para não permitir que essa manifestação cultural, que faz parte da identidade do lugar, fique esquecida no passado. Assim, zelam para que a prática continue sendo repassada, tanto para a atual como para as futuras gerações. A satisfação em poder participar, ou mesmo, apenas prestigiar a manifestação de tal atividade é expressa na fala de uma moradora:

[...] vem gente de todo canto, que traz até uma rendinha para quem gosta de vender alguma besteirinha por ali quando tem a Dança de São Gonçalo, que isso é tradição desde a minha vó que morreu. Ave-Maria! Vem gente de todo canto, é uma festa, todo mundo “desaprega” de casa para ir olhar. Minha mãe é dançadeira de uma, meu pai é que é o batedor, bate e toca na sanfona, é assim, é uma maravilha!

Outro momento de manifestação cultural da comunidade é o Encontro dos Guardiões da Memória, ocorrido pela primeira vez na comunidade no final de 2015. O evento contou com a presença dos próprios moradores do local, onde os mais velhos compartilhavam com os

presentes, principalmente os mais jovens, fatos e momentos históricos da comunidade desde sua origem, histórias essas que passam de geração em geração. Também se falava sobre suas experiências de vida pessoal no passado, os costumes, hábitos e tradições que tinham, bem como o modo de vida que levavam na época, ou seja, o encontro se caracteriza como um verdadeiro momento de resgate da memória local.

Essas atividades que objetivam resgatar a memória do lugar, envolvendo as diferentes gerações, ocorrem constantemente na Serra do Evaristo e são essenciais para a formação e preservação da identidade local, visto que, de acordo com Beduschi Filho e Abramovay (2003, p. 13), “a identidade de uma área é [...] composta de todas as percepções coletivas do passado dos seus habitantes, de suas tradições e de seu know-how, de sua estrutura de produção, sua herança cultural, seus recursos materiais, enfim, seu futuro”. Percebe-se, pois, que há sempre a pretensão de repassar essa e outras manifestações culturais aos mais jovens, para que estes valorizem e preservem tais costumes e tradições. A intenção se torna importante na perspectiva que “a comunidade é um lugar de vida, de aprendizado, de trabalho, de construção de significados, saberes e cultura” (FERREIRA; SILVA; ZANATTA, 2012, p. 56).

Visando essa participação da juventude nos acontecimentos e costumes local, existe na comunidade um Grupo de Jovens, por meio do qual o envolvimento da juventude com as pautas comunitárias se torna mais efetivo. [...]. Essa preocupação em atrair o público jovem para as discussões coletivas da comunidade se torna uma questão essencialmente importante, posto que “um dos principais problemas das organizações territoriais de desenvolvimento em meio rural está na sua imensa dificuldade de ampliar sua composição social além da presença dos representantes da agricultura” (ABRAMOVAY, 2003c apud ABRAMOVAY In: ORTEGA, 2007, p 20-21).

Mesmo diante da preocupação em preservar a cultura local, não foi possível evitar que algumas heranças, relacionadas aos saberes tradicionais do lugar, se perdessem no caminho, que foi o que ocorreu, por exemplo, com as práticas relativas ao parto, às curas e cuidados com a saúde. Assim, quase desapareceram por completo as parteiras e benzedadeiras (essas últimas ainda existem, apesar de poucas), que no decorrer do tempo, e com as influências externas, foram abandonando o ofício. É perceptível que a comunidade tem o grande desejo

de manter seus costumes e tradições, e ainda, de resgatar algumas práticas perdidas ao longo do tempo (como o reisado¹⁶, por exemplo).

4.3 A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA

A associação comunitária existente na Serra do Evaristo se apresenta como outro ponto bastante característico da comunidade. A entidade já existe a 28 anos, desde que foi institucionalizada pela Obra Kolping, e possui, atualmente, em torno de 50 associados, aumentando gradativamente seu número de integrantes no decorrer do tempo.

É por meio da associação que a maioria das ações voltadas para o benefício coletivo, são mobilizadas. Foi principalmente por meio dos esforços realizados por essa entidade, na busca por melhores condições de vida para a população local, que a comunidade consegue hoje olhar para trás e perceber o quanto a situação das famílias melhorou em relação aos tempos passados.

Sobre a atuação da associação, um dos moradores relata: “[...] a mudança que eu achei de melhor foi que a associação ela vem em um nível de não cair, é num nível de crescer, em termo de sabedoria”. Outra moradora, não associada, ainda destaca: “[...] a gente consegue muita coisa por eles, pelo pessoal da associação, pessoal é bem participativo”. Algumas das conquistas da comunidade alcançadas por intermédio da atuação da associação de moradores local foram: a certificação quilombola; a formação do grupo de saúde alternativa; a oferta de diversos cursos de capacitação para os moradores; a compra de um caminhão que auxilia no deslocamento dos moradores tanto para a Fazenda Manos Kolping quanto para Baturité; a construção do ponto de cultura, em decorrência da participação em editais; as cisternas de placa que beneficiaram praticamente todas as famílias da comunidade, entre outras tantas ações que ocorrem em virtude do trabalho desenvolvido por essa entidade local.

Sobre o papel da associação comunitária na Serra do Evaristo, um dos moradores, líder comunitário, relata o seguinte:

[...] ela é o principal instrumento de luta coletiva dos moradores e que tem dado uma grande contribuição para o desenvolvimento local, para a luta, para a melhoria em todas as áreas, da saúde, da educação, da estrada, da água, das cisternas de placa.

¹⁶ O Reisado é uma das tradições populares mais ricas e apreciadas do folclore brasileiro, principalmente na região Nordeste. É formado por um grupo de músicos, cantores e dançarinos que percorrem as ruas das cidades e até propriedades rurais, na véspera e Dia de Reis, de porta em porta, anunciando a chegada do Messias, pedindo prendas e fazendo louvações aos donos das casas por onde passam. (Fonte: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=217%3Areisado&catid=52%3Aletra-r&Itemid=1).

Porque as lutas, elas se dão exatamente a partir da organização, as pessoas se organizam para lutar, para transformar a realidade a partir da associação e das pastorais, dos movimentos de igreja, os movimentos pastorais que estão integrados também a essa organização.

Embora existam famílias na comunidade que não se envolvem com os acontecimentos e movimentos realizados pela associação, que não possuem nenhum representante a ela associado, e assim, não participam das lutas pelos interesses coletivos, as ações e conquistas alcançadas por meio das lutas vivenciadas pelos integrantes do grupo, são direcionadas a todos os moradores, independentemente de serem ou não associados. Ou seja, tudo o que se consegue é destinado a todos, não havendo nenhum tipo de exclusão pelo fato de não participarem ativamente, reforçando ainda mais a imagem de uma comunidade que luta pelos interesses coletivos.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro contato com a Comunidade Quilombola da Serra do Evaristo ocorreu por meio da participação nas já mencionadas reuniões da associação comunitária, que visavam à formulação de um planejamento estratégico participativo. Essa demanda surgiu da associação de moradores que, desejando rever e atualizar seu estatuto, contatou docentes do curso de Administração Pública da UNILAB para participarem desse processo de construção coletiva.

Foram realizados no total, seis encontros, quatro dos quais com a participação da pesquisadora. Esses quatro encontros tiveram a duração de aproximadamente três horas (14h00-17h00) e contaram com a participação, em média, de 15 a 20 pessoas de ambos os sexos e de diferentes faixas etárias (jovens, adultos e idosos). Isso mostra que a participação nos assuntos e movimentos relacionados à vida comunitária acontece em meio a um grupo diversificado de moradores, abrindo assim possibilidades de se conhecer diferentes pontos de vista e anseios. Essa interação entre as diferentes gerações na comunidade é bastante perceptível, e permite que a troca de experiências e saberes se torne mais rica, possibilitando a aprendizagem coletiva e o compartilhamento de ideias, valores, vivências e visão de mundo. Na ocasião, os participantes puderam discutir o planejamento estratégico para as futuras ações a serem realizadas na comunidade. Dessa forma, eles dialogavam e apresentavam seus pontos de vista em relação ao modo de vida que levavam, seus principais desafios e expectativas de progresso.

A primeira visita à Serra do Evaristo aconteceu no dia 18 de fevereiro de 2017. Nessa primeira reunião de planejamento estratégico, os participantes buscaram traçar a missão e identidade da associação comunitária. O objetivo da atividade foi responder à pergunta: “Quem somos nós?” Nesta ocasião, a ideia principal foi a de pensar nos objetivos que a associação de moradores desejaria definir para conduzir suas atividades nos próximos anos. Na segunda visita, que aconteceu no dia 12 de março de 2017, houve a preocupação em abrir um diálogo com e sobre a comunidade, visando à construção do futuro, por meio do desenvolvimento de determinadas atividades voltadas a atender as expectativas e necessidades dos moradores, elencadas na primeira reunião. O objetivo do encontro foi realizar a análise dos pontos fortes e fracos, das oportunidades e ameaças, ligados à comunidade e capazes de influenciar, positiva ou negativamente, no desempenho das ações a serem planejadas. O terceiro e quarto encontros aconteceram respectivamente nos dias 08 e 21 de abril de 2017, com a definição das atividades a serem desenvolvidas a partir do diagnóstico realizado.

Assim, foi realizado um exercício em grupo para definir as prioridades a serem trabalhadas, com base nas oportunidades e ameaças apontadas no encontro anterior, de modo que, procurou-se pensar em ações para aproveitar e/ou intensificar os pontos fortes e assim, fortalecer as oportunidades. Depois, da mesma forma, buscou-se pensar em atividades que reduzissem os pontos fracos, e consequentemente, enfraquecessem as ameaças.

Essa proximidade inicial com alguns moradores, por meio do diálogo e da oportunidade em participar diretamente de uma atividade coletiva na comunidade, serviu como base para o acesso às primeiras informações a respeito da vivência comunitária: o modo de vida que levam, a forma como se organizam, os aspectos históricos da vida do seu povo e as principais características que marcam toda uma trajetória de lutas e conquistas até os dias atuais.

Para além dessas visitas, a realização do grupo focal, ocorrida no dia 13 de junho de 2017, e das entrevistas individuais, realizadas no dia 05 de junho e dia 05 de julho de 2017, puderam proporcionar um diálogo com e entre os participantes, de tal forma que eles relatavam e compartilhavam suas experiências de vida pessoal e comunitária, apresentando suas lutas, conquistas, demandas, perspectivas e principais dificuldades enfrentadas, sempre se mostrando bem ativos politicamente, nunca estáticos, buscando discutir soluções para os problemas vivenciados.

No caso do planejamento participativo, a principal contribuição foi de proporcionar a informação do atual modo de vida da comunidade, e, principalmente, o que se espera e o que estão fazendo/como estão se mobilizando para o futuro, na perspectiva de pequeno, médio e longo prazo. Já no caso das entrevistas individuais e em grupo, estas permitiram um conhecimento mais profundo dos acontecimentos passados, relacionados à comunidade, isto é, tais procedimentos possibilitaram acessar os eventos que possibilitaram à comunidade atingir o modo de vida que hoje acessam. Ou seja, conhecer sobre as antigas vivências, saber o que mudou em relação aos dias atuais, fazendo uma comparação entre o ponto que estavam e onde se encontram atualmente, o que já passaram para chegar onde estão, e como percorreram esse caminho, considerando também o que eles esperam que ainda aconteça para desfrutarem de condições de vida mais dignas que a atual.

Em relação ao perfil dos participantes tanto das entrevistas individuais como do grupo focal, 52,9% dos envolvidos são do sexo masculino (9 pessoas), enquanto que 47,1% são do sexo feminino (8 pessoas). A faixa etária dos entrevistados se apresenta de forma razoavelmente equilibrada, sendo que 6 (seis) dos 17 (dezessete) entrevistados, ou seja a

maioria, têm entre 50 e 59 anos (35,3%), 5 (cinco) possuem de 40 a 49 anos (29,4%), 4 (quatro) de 30 a 39 anos (23,5%), e 2 (dois) apresentam entre 60 a 69 anos (11,8%). Todos eles residem na comunidade, sendo que 14 (quatorze) dessas pessoas nasceram na cidade de Baturité (82,4%), e as outras 3 (três) vieram de outras cidades (17,7%). Em relação ao estado civil dos respondentes, 11 (onze) são casados (64,7%), 5 (cinco) solteiros (29,4%) e 1 (uma) pessoa é divorciada (5,9%). Dos entrevistados, 7 (sete) pessoas possuem de 1 a 3 filhos (41,2%), seguidamente, 5 (cinco) possuem de 4 a 6 filhos (29,4%), 2 (duas) possuem de 7 a 9 filhos (11,8%), e 2 (duas) pessoas não possuem filhos (17,6%). Das famílias, em que algum dos integrantes participou da pesquisa, 10 (dez) possuem de 4 a 6 membros (58,8%), 6 (seis) famílias possuem de 1 a 3 membros (35,3%), e 1 (uma) família é composta de 7 a 9 integrantes (5,9%).

No que se refere à profissão, os dados coletados demonstram que a grande maioria dos respondentes, 11 (onze) pessoas, é formada por agricultores (64,7%), que desenvolvem suas atividades na própria Serra do Evaristo ou na Fazenda Manos Kolping, local destinado para o cultivo de produtos agrícolas, seja para sua subsistência ou para a venda. Existem ainda aqueles que atuam no serviço público, como professores, gestores escolares ou auxiliar de serviços gerais, 4 (quatro) pessoas dentre os entrevistados (23,5%), 1 (um) aposentado que participou da entrevista (5,9%), mas que em um âmbito geral da comunidade se apresentam em maior número, e 1 (uma) pessoa que possui outra profissão (5,9%). Os locais de trabalho destas pessoas se resumem apenas em dois, sendo eles: a própria Serra do Evaristo ou a Fazenda Manos Kolping, no caso daqueles que desempenham as atividades na agricultura, e a Escola de Ensino Infantil e Fundamental Osório Julião, localizada na comunidade, no caso dos funcionários públicos que responderam as questões.

Em relação às entrevistas realizadas, tanto individualmente como no grupo focal, no primeiro momento foi questionado aos entrevistados como é a vida na comunidade, se boa ou ruim, se melhor ou pior em relação ao passado e por que. Todos os que responderam foram unânimes ao afirmar que a vida melhorou bastante em relação aos tempos passados, e que hoje, apesar das dificuldades que ainda enfrentam, podem dizer que vivem outra realidade, completamente diferente da anterior, em condições mais dignas do que antigamente. A resposta positiva foi baseada no acesso que eles têm hoje a serviços básicos para suprimento de necessidades humanas fundamentais, que há mais ou menos 20 anos atrás eles nunca haviam podido desfrutar, serviços como moradia, alimentação, água, energia, educação,

transporte, trabalho (ou melhores condições de trabalho), fontes de renda e melhores condições de acesso à comunidade.

Diante disso, buscou-se identificar e analisar as principais ações que, na percepção dos próprios moradores, mais contribuíram para transformar a realidade que viviam, conferindo às famílias, no plano individual, e a própria coletividade, melhores condições de vida. Ou seja, saber quais os acontecimentos que influenciaram o desenvolvimento da comunidade, em que momento aconteceram, quais problemas essas ações vieram resolver, quando e como foram implementadas, com que objetivo, quem foram os responsáveis e quem contribuiu, como foi a participação da comunidade na implementação e quais foram os resultados obtidos.

Após todo o processo de coleta das informações necessárias, foi possível apontar quais foram as principais ações e/ou políticas públicas direcionadas à Serra do Evaristo, que resultaram maior impacto na vida das famílias e da comunidade de modo geral. As ações e a relação entre elas podem ser visualizadas na figura 03.

Figura 03: As principais ações desenvolvidas na Comunidade Quilombola da Serra do Evaristo.



Fonte: Elaborada pela autora com base nas informações coletadas nas entrevistas individuais e coletivas.

A figura 02 mostra que a organização comunitária se apresenta como o centro de todas as ações públicas acessadas pela comunidade, evidenciando também como essas ações estão diretamente relacionadas a esta figura central. A posição de destaque atribuída a essa organização se justifica pelo fato de que foi a partir dela que todas as conquistas da comunidade se tornaram possíveis. Isso confirma a visão de Ferreira, Silva e Zanatta (2012, p. 60), de que “é no âmbito do lugar que se inicia o trabalho de participação e que se afirma, como necessidade imperiosa, a organização comunitária para a legítima pressão sobre os poderes públicos”.

Desse modo, a forma como os moradores se reúnem, discutem questões relativas à vida comunitária, buscam soluções para os problemas enfrentados, se ajudam mutuamente, traçam objetivos e lutam para alcançá-los, é fator fundamental para atingir determinados níveis de desenvolvimento, sendo as ações e/ou as políticas públicas implementadas, consequências dessa forma de organização. Ou seja, “os cidadãos deixam de ser meros objetos das políticas de desenvolvimento definidas pela autoridade central do Estado e passam a ser também agentes dos processos e transformação social” (BEDUSCHI FILHO; ABRAMOVAY, 2003, p. 10).

De acordo com Batista (2007, p. 02), “o conhecimento da sua situação no mundo através de um processo de reflexão-ação crítica é o primeiro passo para que o homem se torne um sujeito político consciente do seu tempo e agente de sua transformação”. A intensa atuação em todos os aspectos comunitários vivenciados na Serra do Evaristo evidencia isso, visto que é notório o autoconhecimento que os moradores possuem da sua realidade, do meio em que vivem, das suas dificuldades e possibilidades de desenvolvimento. Os membros comunitários, principalmente àqueles mais ativos politicamente, são capazes de promover mudanças significativas em seu meio social comunitário (e fazem), em decorrência da união de forças, da capacidade de refletir a respeito dos problemas enfrentados, e mais que isso, de encontrar soluções para a resolução desses problemas, apontando as ações a serem realizadas e que, na maioria das vezes, não são destinadas a terceiros, mas sim desempenhadas por eles próprios, ou seja, apresentando-se como agentes de sua transformação.

Buscando conhecer o nível de **participação na vida e organização comunitária** dos moradores entrevistados, foi questionado se eles participavam e como participavam das atividades desenvolvidas na comunidade. A resposta positiva foi unânime, sendo que a grande maioria, 15 pessoas, afirma participar das atividades promovidas pela igreja (88,2%), 13

pessoas afirmam participar dos movimentos promovidos pela associação comunitária (76,5%), e 12 participam das atividades culturais (70,6%). Ainda dentre os entrevistados, 11 são membros da associação (64,7%), 4 pessoas afirmam participar das atividades promovidas pela escola local (23,5%), 2 pessoas das atividades pastorais (17,7%), e outras 3 pessoas afirmam participar de outras atividades, como o grupo de saúde alternativa e as ações relacionadas ao Museu Comunitário (11,8%). Conforme Ferreira, Silva e Zanatta (2012, p. 61):

A vida de uma comunidade é demarcada pela vida em grupo. A todo momento, os membros desse grupo estão desejando, estabelecendo e combinando regras que ajudam a viver melhor. Considerando a vida em comunidade, constata-se a importância da participação, e o entendimento dela como um processo existencial concreto, o qual se produz na dinâmica da sociedade e se expressa na própria realidade cotidiana do grupo.

Quando questionados sobre a importância da organização comunitária, característica da Serra do Evaristo, os moradores demonstram grande reconhecimento pelo importante papel desempenhado pela comunidade na luta pelos interesses coletivos, assim como relata uma das moradoras: “o que eu acho mais importante daqui é a união do povo, é a união desse povo! Eles se unem, mulher, eles têm uma união tão interessante, que isso aí nunca quebra, aí vai passando dos mais velhos para os mais novos, para os mais jovens e assim vai”. Outro morador também apresenta seu ponto de vista, relatando o seguinte:

[...] aquilo que se tem hoje de melhor, eu acho que é fruto dessa organização comunitária, o que nós temos é fruto da organização comunitária, da Comunidade, que motivada pela sede, começa a se reunir, aí tem a Associação, aí vai se organizando por meio dos grupos, então vai se buscando essa conquista, somando lógico, com a colaboração de muitos companheiros importantes [...].

Diante disso, as principais ações públicas desenvolvidas na comunidade, de acordo com a percepção dos moradores participantes, estão representadas na figura 02, sendo interligadas à figura central da organização comunitária e destacadas conforme o grau de importância para a comunidade, na perspectiva de gerar benefícios e contribuir para o desenvolvimento do local.

Dessa forma, a Filiação à Obra Kolping e a consequente institucionalização da associação local, assim como a conquista das cisternas de placa e da Fazenda Manos Kolping, que foram ações conquistadas diretamente por meio dessa filiação, serão apresentadas como as mais relevantes realizações da comunidade. Continuamente, apresentar-se-á também como ações bastante citadas, a Reforma e Ampliação da estrada, a construção do Museu

Comunitário e o acesso aos Programas Sociais do Governo. Por fim, serão apresentadas ainda algumas contribuições provenientes de cursos ofertados, da escola local, do grupo de saúde alternativa, e da implantação do Ponto de Cultura, que também apresentam uma importante parcela de colaboração no desenvolvimento territorial do lugar.

5.1 A FILIAÇÃO À OBRA KOLPING

A Filiação à Obra Kolping aparece como um dos acontecimentos que, na percepção dos moradores entrevistados, mais contribuíram para o desenvolvimento do território da Serra da Evaristo, visto que, foi a partir dessa ação que foi fundada na comunidade a associação comunitária, institucionalizada como Comunidade Kolping Serra do Evaristo. De acordo com Leite (2000, p. 347),

Há no presente momento uma forte articulação entre as comunidades que se identificam como quilombos e diversos setores e instituições da sociedade civil, tais como associações de moradores, entidades de movimentos negros, ONG, instituições religiosas, núcleos e institutos de pesquisas das universidades com um saber e experiências acumuladas sobre o assunto.

De acordo com os fatos narrados pelos moradores do local, antes da concretização dessa ação, determinadas pessoas da comunidade já se organizavam em grupos, independentemente de associação ou não, para discutir a respeito da vida que levavam, das necessidades que tinham, das demandas que apresentavam, de seus problemas, enfim, de sua realidade no modo geral. Estes grupos estavam ligados às atividades pastorais e eram motivados por movimentos relacionados à igreja, como os movimentos das CEBs, na década de 1980. No entanto, não possuíam uma entidade constituída que pudesse representar de forma mais efetiva a comunidade e suas demandas, que fundamentasse a luta pelos anseios coletivos.

Dessa forma, diante da necessidade de uma maior representatividade da comunidade, em 1986, João Batista Lima de Assis, um dos principais colaboradores do local desde o início da organização comunitária, e Cláudia Assis, que era coordenadora da Obra Kolping no Ceará, levaram o Movimento Kolping até esse grupo de moradores, repassando informações a respeito dessa instituição e apresentando a eles novas possibilidades de desenvolvimento. A partir disso, iniciou-se um processo de conhecimento desse movimento por parte da comunidade, e durante aproximadamente dois anos os membros comunitários se dedicaram a estudar o movimento, decidindo após esse período em Assembleia, no ano de 1989, pela filiação e pela fundação da associação.

Tendo em vista que a organização comunitária já existia na Serra do Evaristo, enquanto grupo de igreja, a grande importância atribuída à ação de se filiar à Obra Kolping pode ser percebida na perspectiva de que esta veio reforçar essa organização, contribuindo significativamente com a luta da comunidade, e inclusive nos processos de formação continuada, por meio da oferta de cursos de capacitação para auxiliar a atuação dos membros nas atividades da associação, por exemplo. Em relação a essa contribuição do Movimento Kolping, uma das lideranças da comunidade relata o seguinte:

[...] a Kolping trabalhou muito, eu sou fruto disso, os cursos de gestão, de empreendedorismo, os cursos de multiplicador, de direção de comunidade, como gerir uma comunidade. A gente aprendeu isso através dos cursos da Obra Kolping, qual a função do Presidente, do secretário, do tesoureiro, essas coisas.

Em razão da filiação à Obra Kolping, a comunidade da Serra do Evaristo participa hoje das instâncias estadual, regional e nacional desse movimento, para além da instância base, que é a própria comunidade. Dessa forma, a comunidade tem acesso às diversas ações promovidas pelo movimento. Entre os programas e projetos desenvolvidos pela Obra Kolping que a CK da Serra do Evaristo participa estão, o Projeto Convivência com o Semiárido e o Projeto Agricultura e Pecuária Familiar, inseridos ao Programa Combate à Fome e a Seca, que se preocupam em proporcionar melhores condições de vida às famílias; ações que trabalham a questão da organização comunitária, como o Projeto Formação de Lideranças, o Projeto Formação Associativa e Institucional, o Projeto Vida Kolping e o Projeto Formação Sociopolítica, associados ao Programa Desenvolvimento Comunitário; e programas direcionados à formação da juventude, como o Acampamento da Juventude e o Projeto Intercâmbio Cultural, sendo esse último, um dos projetos ligados ao Programa Formação de Jovens e Adultos e empreendedorismo social¹⁷.

Há ainda, por parte da diretoria da Obra Kolping, a preocupação em acompanhar e avaliar o desenvolvimento das atividades na comunidade. Conforme o que foi informado, a diretoria estabelece um programa de ação e dentro desse programa estão inclusas visitas, em que acontece a participação dessas outras instâncias nas atividades que a comunidade realiza.

De acordo com um dos líderes comunitários, que atualmente faz parte da direção da Obra Kolping a nível nacional como membro do conselho fiscal, participar das direções do

¹⁷ **Fonte:** <http://www.kolping.org.br/>.

movimento facilita que a comunidade seja beneficiada com as ações desenvolvidas, permitindo a participação nas atividades que a Obra Kolping promove.

Além do fortalecimento da vida comunitária, a filiação à Obra Kolping possibilitou também outras conquistas à comunidade, que são apontadas pelos moradores como de extrema importância para a melhoria da qualidade de vida das famílias, entre essas conquistas estão, as Cisternas de Placas e a Fazenda Manos Kolping.

5.2. IMPLANTAÇÃO DAS CISTERNAS DE PLACA

A conquista das Cisternas de Placa foi possível por meio da filiação à Obra Kolping, mais especificamente, da participação no Projeto Convivência com o Semiárido¹⁸, que visa “contribuir com a melhoria das condições de vida de famílias e de pequenos produtores rurais na região do Semiárido do Nordeste através de ações nas áreas de segurança de água, capacitação sobre gestão dos recursos hídricos e apoio a iniciativas de geração de renda” (OBRA KOLPING, 2017).

Não é difícil entender o porquê de tal ação ter sido uma das mais destacadas entre todos os moradores entrevistados. As famílias da CK Serra do Evaristo já vivenciaram diversas situações de verdadeiro sofrimento em decorrência da escassez de água no lugar. Ainda hoje, as famílias convivem cotidianamente com essa dificuldade, visto que não existe na comunidade nenhum tipo de sistema de abastecimento de água, a não ser pelas chuvas, que muitas vezes não são constantes o suficiente para abastecer as famílias durante o ano todo.

Segundo relatos, as condições de acesso à água eram bem piores no passado. As pessoas tinham que virar noites em filas no poço de água que existia na comunidade, para que assim pudessem se manter abastecidas durante o dia. A dura rotina enfrentada pelas famílias é brevemente narrada na fala de uma moradora: “a gente para conseguir água para beber, sabe que horas a gente saía para ir para o poço? 8 horas da noite, já tinha que estar lá, com as canecas lá na fila para você conseguir água para beber, para cozinhar, para tomar um banho”. Outra moradora também ressalta a grande dificuldade que passava: “a gente carregava água na cabeça, num balde, porque nem jumento ninguém tinha nem condições de comprar, nem um jumento”.

¹⁸ O Projeto Busca resgatar e valorizar o potencial da região, integrando ações de construção de cisternas e poços, atividades educativas e de geração de renda numa convivência harmoniosa com o meio ambiente, criando-se as condições para levar adiante medidas autossustentáveis. (Fonte: <http://www.kolping.org.br/projeto-convivencia-com-o-semiarido/#1465790857771-0b984ebe-fd276bf0-f8c7b4dd-5bf8>).

A situação veio a piorar com as secas, com o desmatamento e com as queimadas ocorridas na região, além da intensa plantação de bananeiras que prevalece na comunidade, o que acabou fazendo com que o poço, que era a única fonte de água presente no local, secasse. A partir de então, a única maneira possível para se conseguir ter acesso diariamente à água era por meio da compra de pipas d'água, que é o meio que até hoje eles recorrem quando o inverno não é abundante, como aconteceu no ano de 2016, quando passaram por uma forte crise de falta d'água.

Diante de tanto sofrimento, era gritante a necessidade de buscar uma solução para esse problema que atingia toda a comunidade. Foi então que lideranças da Associação local, participando dos movimentos e reuniões da diretoria da Obra Kolping, conseguiram apresentar a demanda, e a comunidade pôde ser contemplada com as cisternas de placa, sendo praticamente todas as famílias assistidas pela ação. Segundo o presidente da Associação Comunitária, das 160 cisternas, aproximadamente, apenas 16 foram implementadas por outros programas, do Governo Federal, mas a maioria das cisternas de placa que hoje existem na comunidade foi decorrente do Projeto de Convivência com o Semiárido da Obra Kolping do Ceará.

De acordo com as informações prestadas pelo Presidente da associação local, os recursos necessários para disponibilizar as cisternas de placa para as comunidades são conseguidos por meio das doações feitas à Obra Kolping. Dessa forma, existe todo um processo que precede a escolha da comunidade a ser contemplada, e a implantação das cisternas. Nesse processo, as lideranças das comunidades afiliadas se reúnem, fazem o seu levantamento, indicando as demandas locais e apresentam para a direção da Obra Kolping, que por sua vez, analisa todas as demandas elencadas e define as prioridades, as comunidades que serão atendidas primeiro, a partir da disponibilidade de recursos disponíveis naquele período.

As cisternas da CK Serra do Evaristo foram construídas dentro desse processo, tanto que não foram implementadas em único período, as famílias foram sendo beneficiadas ano após ano, de acordo com a quantidade de cisternas disponibilizada em cada ano e conforme a prioridade de cada família. Vale ressaltar ainda, que a escolha das famílias ocorre na própria comunidade, visto que a Diretoria da Obra Kolping define a comunidade a ser atendida, e a partir de então, a diretoria da associação local se responsabiliza por fazer um levantamento de quais famílias apresentam as maiores necessidades, definindo quais devem ser

prioritariamente atendidas.

Assim, desde o ano 2000, ano em que as primeiras cisternas foram implantadas na comunidade, as famílias passaram a vivenciar outra realidade. As cisternas possuem capacidade para 16.000 litros d'água e são abastecidas com a água da chuva. A ligação hidráulica é feita através do posicionamento das biqueiras da casa para a cisterna, a fim de aproveitar o máximo possível a água da chuva, e das cisternas para as torneiras da casa. Uma das moradoras demonstra em sua fala, a importância do projeto para a Comunidade:

As cisternas foram um ponto fundamental, muito importante, foi uma coisa que evoluiu muito [...]. Uma das coisas fundamentais que veio para ficar e que serviu muito, e que até hoje serve, que ninguém tinha. A gente pegava água, mal tinha um pote de barro para botar, hoje em dia a gente tem o que? Uma cisterna que “pega” 16.000 mil litros d'água. [...] e essas cisternas, na época que começou, só umas pessoas eram priorizadas, e de repente virou uma febre, todo mundo tem sua cisterna hoje, não tem uma pessoa para não ter, e é dessa água aí que a gente bebe.

Hoje em dia as pessoas da comunidade não precisam mais pegar água em poço para beber, cozinhar ou realizar outras atividades necessárias, a não ser que seja para gastar em outras tarefas, como plantação, cuidado com animais etc. As dificuldades de acesso à água, embora ainda existam em tempos de poucas chuvas, minimizaram significativamente, em relação aos tempos passados, após a implementação das cisternas de placa na comunidade, e o resultado é uma melhoria relevante no dia a dia da vida comunitária. O que se pode observar é que essa foi a ação que mais beneficiou as famílias de um modo geral, com consequências positivas duráveis ao longo do tempo, com as causas e os efeitos bastante notáveis.

5.3 A FAZENDA MANOS KOLPING

Por muito tempo a CK Serra do Evaristo lutou pela conquista de terra para desenvolver suas atividades agrícolas, visto que na comunidade não há mais espaço suficiente para plantação de outras culturas devido à vasta plantação de bananeiras que predomina no local, além da existência de áreas de proteção e do crescimento populacional. Outro fator agravante para o uso da terra pelos moradores é também o fato desses não serem os donos exclusivos da terra, não possuindo o direito de explorá-la livremente com seu trabalho. Sobre a atual condição da propriedade das terras na Serra do Evaristo, Sousa, Moraes e Luis (2015, p. 07) destacam que:

Atualmente observa-se que os quilombolas estão divididos em duas categorias em relação à posse da terra na comunidade. Há os que são proprietários de pequenos lotes de terra e neles constroem a sua moradia e, em alguns casos, outras casas para

alugar. E também plantam ao redor das casas, cultivando legumes e fruteiras como bananeiras, coqueiros e mangueiras. Existem também os quilombolas que não possuem terra. Estes trabalham em terras coletivas que se localizam em outro local distante da comunidade e moram de aluguel em casas pertencentes aos quilombolas que têm terra.

Para entender a necessidade dos moradores de ir em busca de uma terra para trabalhar, torna-se essencial compreender as condições de trabalho às quais os trabalhadores da Serra do Evaristo eram submetidos no passado.

Durante muitos anos prevaleceu na comunidade um regime explorador de trabalho, por meio de arrendamento de terra e diária de serviços, e empréstimo de mercadoria, denominado pelos moradores de “trabalho alugado”, que segundo relatos, consistia em tomar emprestado do patrão, por exemplo, uma saca de um produto para depois devolver o dobro desse produto, ou mesmo receber do patrão alguns quilos de feijão e farinha em troca do trabalho semanal. Assim, “todos trabalhavam ‘de metade’ com os proprietários. Ou seja, cultivavam a terra de outrem e tinham que entregar metade de tudo o que plantavam e colhiam ao dono da terra”. (SOUSA; MORAES; LUIS, 2015, p. 07). Um dos moradores, que vivenciou essa forma de trabalho, explica como funcionava:

Para deixar bem claro, o aluguel de que se fala, é quando você tira praticamente uma diária desde o começo da semana e já fica devendo para outra semana. E deixando mais bem claro, na época dos nossos antigos, a gente trabalhava para os patrões e a gente tinha por direito de tomar emprestado lá uma saca de qualquer alimento e devolvia duas.

Outro morador complementa afirmando que:

[...] quando nós trabalhávamos alugado, nós não trabalhávamos para nós não, trabalhávamos para o patrão. E o inverno no Estado do Ceará era bem curtinho, nós limpávamos nossa roça, o mato do patrão já estava dando a segunda limpa e o nosso agora que nós íamos plantar. Plantar o que é? Cavar o chão para semear. Enquanto isso, o do patrão já estava bem alto, quando era em junho, o patrão já estava colhendo e nós ainda estávamos arriscando a vida se dava ou não, e nós sofremos muito com isso, certo?!

Essa forma de trabalho, vivenciada por muitos anos, desde as primeiras formas de organização comunitária, até 1980, quando o movimento promovido pelas CEBs passou a colaborar com a comunidade, submeteu os moradores da Serra do Evaristo a um regime de trabalho de quase semiescravidão, caracterizando-se como um período marcado pelo sofrimento, em que as famílias passavam por grandes necessidades, vivendo em situação de extrema pobreza, sem perspectivas de melhorias de vida.

Dessa forma, a partir da necessidade que as pessoas tinham de possuir uma terra para trabalhar de forma independente, para o próprio sustento e de sua família, a luta pela conquista da terra nunca foi abandonada. Motivados principalmente pelo movimento das CEBs, como também pelo movimento sindical e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), os moradores foram despertando para outra realidade e foram visualizando maneiras de alcançar o que tanto desejavam. Desse modo, buscaram apoio do governo, com abaixo-assinados e várias ocupações em órgãos governamentais, reivindicando o atendimento de suas demandas, mas não tiveram o retorno esperado do poder público.

Somente após a filiação da comunidade à Obra Kolping, com a institucionalização da associação local, foi que os moradores começaram a encontrar meios reais de conseguir adquirir a tão sonhada terra coletiva. Assim, por meio da associação comunitária, os trabalhadores conseguiram o apoio de duas instituições que disponibilizaram o recurso para a compra de uma propriedade de terra, de aproximadamente 400 hectares, localizada nas extremidades dos municípios de Baturité, Aracoiaba e Capistrano, a 25 km da Serra do Evaristo.

Uma das instituições que colaborou para a compra da terra foi justamente a Obra Kolping e a outra foi uma instituição espanhola chamada Manos Unidas¹⁹, que se trata de outro movimento religioso que também auxilia as comunidades, apresentada, de igual modo, por João Batista na mesma época em que tomaram conhecimento do Movimento Kolping. A entidade espanhola colaborou com a maior parte do recurso para a compra da fazenda. Para a conquista da Fazenda Manos Kolping, contou-se também com o apoio do então arcebispo da Arquidiocese de Fortaleza, Dom Aloísio Lorscheider, que foi quem assinou a carta em nome da comunidade do Evaristo, solicitando à organização internacional Manos Unidas, os recursos que facilitaram a compra da maior parte da terra.

A Fazenda Manos Kolping, assim chamada em homenagem às duas instituições que contribuíram para a conquista da terra, foi então adquirida em 1991 e representa hoje uma das principais heranças da luta comunitária. Em consequência dessa conquista, os trabalhadores são hoje, donos do seu trabalho e gozam da liberdade de produzir para si e para sua família.

¹⁹ A Manos Unidas é a ONG de desenvolvimento da Igreja Católica e voluntários, que trabalha para apoiar os povos do Sul em seu desenvolvimento e na conscientização da população espanhola. A instituição tem como missão, a luta contra a fome, má nutrição, miséria, doença, subdesenvolvimento e falta de educação; e trabalhar para erradicar as causas estruturais que as produzem: injustiça, distribuição desigual de bens e oportunidades entre pessoas e povos, ignorância, preconceito, falta de solidariedade, indiferença e crise dos valores humanos e cristãos. (**Fonte:** <http://www.manosunidas.org/organizacion>).

Em uma comparação das atuais condições de trabalho com aquelas vivenciadas antigamente, é possível perceber uma significativa evolução, bastante ressaltada, inclusive, pelos próprios moradores, assim como pode ser claramente visualizado nos seguintes depoimentos:

Antigamente era mais difícil. Eu também era um que trabalhava de alugado. Hoje, devido aos projetos que o companheiro falou aí ainda agora, nós saímos do alugado. Graças a Deus, hoje trabalhamos, mas só para a gente, e conseguimos um terreno, nós hoje trabalhamos lá, [...] com muita luta foi comprado, e hoje estamos trabalhando lá, aí lá é o nosso futuro, daqui para frente.

[...] eu me lembro bem que no tempo dos meus pais a coisa era muito mais difícil do que hoje está acontecendo, né?! A gente trabalhou muito de alugado, e hoje praticamente quase ninguém vive de alugado para seu ninguém, e, portanto, para a gente ver que hoje, você hoje dá um dia de serviço alugado se você mesmo quiser, mas não tem mais essa grande precisão. [...], e hoje ninguém mais está querendo esse negócio, devido você hoje não ser pisado pelo patrão, é por isso que eu estou achando, [...] que aquele tempo passado ninguém quer mais viver aquilo mais não, para mim eu estou achando que está melhor.

Atualmente, parte das famílias que moravam na Serra do Evaristo, vive na fazenda, chamada também pelos moradores de “Fazenda do Sertão”. São em torno de 23 famílias que encontram na agricultura o meio para sua sobrevivência. Ademais, os agricultores que residem na Serra do Evaristo também desenvolvem suas atividades de cultivo na fazenda. De acordo com as informações prestadas, existe uma atividade chamada de “roçado comunitário”, que tem por finalidade, ajudar a pagar o caminhão adquirido para o transporte dos trabalhadores da Serra para a fazenda. Um dos moradores relata a respeito dessa atividade, destacando a característica união dos trabalhadores pelas causas coletivas:

Esse espírito coletivo tem se permanecido, embora os dias atuais, a sociedade atual que a gente vive, tem nos levado à questão do individualismo, né?! Eu acho que se manter a Fazenda, enquanto coletivo, é um desafio, os companheiros já colocaram que é desafiador, para nós enquanto trabalhadores, mas mantemos isso.

Apesar da conquista e aquisição da terra, a comunidade ainda carece de ação governamental para a implementação de melhorias e de condições adequadas para produção, assim como revela um dos moradores: “nós conseguimos comprar a fazenda, mas juntamente com a fazenda nós não conseguimos aquilo que a gente na verdade sonhava tanto, que era o apoio do governo para conseguir estrutura para a melhoria da fazenda”. Mesmo com as dificuldades, no decorrer dos anos foram realizadas algumas ações que facilitaram o modo de vida no lugar, ações essas decorrentes da organização comunitária.

Em regime de mutirões, foram construídas 13 casas para as famílias que residem no sertão, com recursos advindos de um programa desenvolvido pela Secretaria do Trabalho e

Desenvolvimento do Estado do Ceará (STDS) (CHERMONT, 2013). Através do Projeto São José²⁰, conseguiram cavar um poço profundo, e um dessalinizador para fazenda. Além disso, conquistaram também, 21 cisternas de placa para captação de água, e um banco de sementes, ambos por meio do Projeto Convivência com o Semiárido da Obra Kolping, entre outras ações que, aos poucos foram contribuindo para a melhoria de vida dessas famílias no sertão.

5.4 A REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESTRADA

O acesso à Serra do Evaristo sempre foi uma questão bastante discutida entre os moradores, apresentando-se, até os dias atuais, como uma das principais dificuldades enfrentadas por eles no cotidiano da vida comunitária devido, principalmente, às precárias condições da estrada, que tem a situação agravada com as chuvas e com o tráfego diário dos transportes (principalmente carros grandes, como ônibus e caminhão pau de arara). A busca por políticas públicas que vise o atendimento dessa demanda tão necessária para a comunidade, caracteriza-se como uma das principais lutas travadas pelos moradores da localidade.

Apesar das dificuldades vivenciadas até hoje, o povo que faz parte do local reconhece que, no decorrer do tempo, houve melhorias significativas que minimizaram os problemas de acesso à comunidade. Em comparação com as condições de acesso de tempos atrás, moradores relatam que antigamente quase não existia estrada, existia apenas umas veredas, como eles chamam, nas quais o percurso só poderia ser feito a pé ou com animais. É possível imaginar as grandes dificuldades que enfrentavam quando precisavam se deslocar para a sede do município de Baturité. Além das péssimas condições de uma estrada bastante íngreme, ainda tinham que lidar com a longa distância, com a falta de iluminação em todo o percurso, e com os perigos que poderiam encontrar ao longo do caminho.

Essas e outras dificuldades foram vivenciadas durante muito tempo pelos moradores, e só foram sendo minimizadas no decorrer do tempo devido aos trabalhos desempenhados pela própria população local que, em regime de mutirão, se unia para realizar os consertos necessários na estrada.

Somente em 2008, a comunidade que nunca havia deixado de ir em busca de meios que reduzissem esses problemas de acesso à localidade, conseguiu junto ao poder público, por

²⁰ O Projeto São José é responsável por pequenas obras hídricas, como sistemas de abastecimento de água domiciliar nas comunidades com até 70 famílias do interior do Estado. (Fonte: <http://www.sohidra.ce.gov.br/index.php/projeto-sao-jose>).

meio da luta constante e dos trabalhos desempenhados pela associação local, um projeto para a reforma e ampliação da estrada. A obra foi iniciada e trouxe melhoria para boa parte do caminho, permitindo o acesso de carros grandes, como o caminhão pau de arara que é o meio de transporte coletivo utilizado pelos moradores para se deslocar todos os dias para a cidade, e também do ônibus escolar que transporta os alunos que moram na comunidade para as escolas na sede do município. Para além de melhorias para a própria população, que é quem usa diariamente o serviço, sendo diretamente beneficiada, a ação facilitou, inclusive, a visita de outras pessoas à comunidade, já que esta é tida como um dos pontos turísticos da cidade, em razão do clima agradável e da bela vista encontrados no topo da serra.

5.5 O MUSEU COMUNITÁRIO

As escavações dos sítios arqueológicos descobertos na comunidade estão entre os acontecimentos mais recentes que contribuíram para reforçar a CK Serra do Evaristo, em seu processo de construção (ou reconstrução) de identidade. Tais escavações ocorreram em decorrência da curiosidade e iniciativa da população local, que buscava explicações para o fato de sempre encontrar resquícios de cerâmica, potes e outros artefatos de barro em seu solo, o que lhes chamava bastante a atenção.

De acordo com depoimentos de vários moradores, esses materiais eram encontrados frequentemente, fosse na parte superficial do solo, ou sempre que se tinha um contato maior com a terra, durante a construção de casas ou quando máquinas (escavadeiras e tratores) eram enviadas pela prefeitura municipal para a recuperação da estrada que dá acesso à localidade. “As máquinas arrancavam os pedaços de potes – logo depois identificados como urnas funerárias pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) – e os deixavam em meio a entulhos sem que se soubesse do valor histórico e cultural dos mesmos” (SOUSA; MORAES; LUIS, 2015, p. 04). Uma das moradoras da comunidade relata a respeito desse fato:

Veio o Iphan também, veio com a galera lá, uma turma lá de especialista na área né, e resgataram muitas coisas, muitas coisas! Fósseis, ossos humanos, aí daí que a comunidade se interagiu mesmo e começaram a pesquisar mais e mais e mais e mais. E a comunidade toda foi gostando né, gostando, apoiando a ideia, aí foi todo mundo. Mas antes era uma coisa quase esquecida, a pessoa via um “vestigiozinho” aqui, mas não dava à mínima. “Que era aquilo?” Não ligavam. “Que era aquilo ali?” Tal coisa, aí outros, que eram assim mais espertos, diziam: “isso aqui não é normal não, alguma coisa deve ser” [...].

Em vista do aparecimento, cada vez mais constante, de artefatos e utensílios de barro, urnas e fusos na estrada, no campo de futebol e nos quintais das casas da comunidade, os moradores resolveram buscar respostas para o que todos àqueles achados poderiam significar. Dessa forma decidiram, por intermédio de João Batista, o qual estava sempre participando dos assuntos relacionados à comunidade, entrar em contato com o Iphan²¹ e apresentar o caso.

Assim, sendo solicitado para averiguar o lugar, o Iphan enviou uma equipe que constatou a presença de sítios arqueológicos, e em março de 2012 iniciaram-se as escavações dos sítios. A partir de então, “novos atores passam a compor o cenário e a dinâmica social da comunidade. O IPHAN por meio de um processo licitatório contratou a empresa Arqueosocio, responsável pelo projeto de escavação e descoberta de novos artefatos” (CHERMONT, 2013, p. 20). As escavações contaram com o apoio das pessoas da comunidade, principalmente de alguns jovens que foram contratados e que puderam contribuir diretamente nesse processo.

Além dos arqueólogos e técnicos, as escavações no Sítio Funerário Evaristo contaram com o trabalho dedicado de sete estudantes dos ensinos fundamental e médio, moradores da comunidade Quilombola do Evaristo que atuaram nas atividades de pesquisa e socialização dos resultados. A participação dos alunos foi também motivada pela população local. (IPHAN, 2013).²²

Pelo fato de se tratar de uma tarefa um tanto complexa, que requer o máximo de cuidado e técnicas específicas, devido à necessidade de manusear materiais bastante antigos, de séculos atrás, os jovens envolvidos na atividade tiveram a oportunidade de participar de minicursos, palestras e capacitações, promovidos pelo Iphan-Ce em parceria com a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), que tinham como finalidade, a promoção da educação patrimonial, assim compreendida como “um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo” (HORTA et al, sem data, p. 4). Foram, portanto, treinados para realizar suas respectivas funções, desenvolvendo “atividade de campo e laboratoriais, formando assim, multiplicadores de toda a pesquisa” (IPHAN, 2013).²³ Dessa forma, eles entenderiam exatamente o que estava

²¹ O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. (**Fonte:** portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872).

²² **Fonte:** <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/446/museu-comunitario-recebe-achados-arqueologicos-na-serra-do-evaristo-ce>.

²³ **Fonte:** <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/888/comprovacao-arqueologica-sitiofunerario-descoberto-no-ceara-tem-cerca-de-700-anos>.

sendo realizado, antes de envolver-se efetivamente no trabalho. A equipe do Iphan, coordenada por dois arqueólogos da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), permaneceu na comunidade por um período de, aproximadamente, seis meses, a fim de estudar o local e realizar as atividades pertinentes.

Em decorrência dessas escavações foram encontradas várias urnas funerárias, e dentro delas alguns fósseis. Segundo os resultados de estudos realizados pelo referido órgão, tais achados se referem aos povos indígenas que viveram no local por volta de aproximadamente, 700 anos atrás, e que eram enterrados de acordo com um ritual próprio de sua cultura. Acredita-se, portanto, que aquele lugar onde essas urnas foram encontradas correspondia a um cemitério indígena. Além dessas urnas e fósseis, foram encontrados também artefatos polidos e lascados, fragmentos cerâmicos, fusos e adornos que eram produzidos por esses povos. E ainda, tido como o achado de maior destaque no decorrer da pesquisa, foi encontrado também um esqueleto humano, que segundo os arqueólogos envolvidos no caso, corresponde a um “indivíduo adulto, com mais de 50 anos de idade, de constituição física relativamente robusta, depositado no interior de uma urna funerária em posição sentada e pernas flexionadas” (IPHAN, 2013).

Embora ainda se acredite na possibilidade de maiores descobertas sobre a comunidade quilombola e seus antepassados, com os resultados obtidos na pesquisa foi possível concluir que:

Os achados indicam que a área foi habitada por grupos pré-históricos que já dominavam a agricultura e tecnologias da fabricação da cerâmica e da fiação de algodão. As escavações também demonstram a prática de sepultamentos em urnas funerárias cerâmicas piriformes (em formato de peras), acompanhados de um complexo ritual funerário. (IPHAN, 2013).

A pesquisa e suas descobertas puderam, portanto, colaborar para enriquecer ainda mais a história desse lugar, marcado por particularidades históricas e culturais.

A descoberta do sítio arqueológico criou uma situação bastante peculiar: sobre a terra da comunidade se manifesta a cultura quilombola dos remanescentes negros descendentes dos escravos africanos trazidos pelos colonizadores e que fizeram deste lugar seu bastião de resistência e seu refúgio estratégico; sob a mesma terra, repousam símbolos, memória e fragmentos da cultura indígena pré-cabralina. Isto faz da comunidade quilombola da serra do Evaristo, no mínimo, um lugar de grande valor histórico e cultural. (SOUZA; MORAES; LUIS, 2015, p. 05).

A reunião de todos esses elementos encontrados, e a importância desses para a construção da história do lugar, motivaram a criação do Museu Comunitário da Serra do

Evaristo, visto que, o acervo que pode ser encontrado no Museu ajuda a revelar os modos de vida da população da região séculos atrás. O equipamento começou a ser construído pelos próprios moradores, por meio de mutirões, entre os anos de 2012 e 2013, e foi inaugurado no dia 25 de setembro de 2013, sendo considerado hoje, ponto de referência turística do local, atraindo estudantes, pesquisadores, e outros interessados de diferentes lugares.

De acordo com o Iphan (2013),²⁴ “o maior diferencial do museu é a preservação do acervo arqueológico in loco, diferente do que ocorre com inúmeros vestígios funerários expostos e depositados em museus do Ceará, sem qualquer informação sobre suas procedências”. Essa foi justamente a preocupação da comunidade, que motivou a criação do Museu, saber onde seriam colocados os vestígios oriundos dessas escavações, os quais poderiam ser levados pelo Iphan para qualquer outro museu. Então, a partir desse diálogo, surge a ideia de construir o museu, e por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado entre uma empresa privada, a superintendência do Iphan no Ceará e a associação local, foi possível construir o equipamento, com o objetivo de abrigar as coleções de vestígios que foram retirados das escavações. Um dos moradores fala da importância que o Museu Comunitário construído por eles representa para a comunidade:

[...] o Museu Comunitário é uma referência (...). Porque nós temos aqui um museu belíssimo, uma referência, e é um patrimônio não só nosso, é um patrimônio de Baturité, e um patrimônio do Estado do Ceará, porque é o primeiro museu de arqueologia do Estado do Ceará.

O museu hoje está sob os cuidados e administração da comunidade, contando com o apoio de voluntários, principalmente os jovens, que atuam nas atividades de agendamento de visitas e acompanhamento dos grupos de visitantes ao Museu. Dessa forma, além de se apresentar como um importante instrumento de preservação e valorização da história local, a construção do museu pôde contribuir também com outros aspectos sociais da comunidade.

Uma das contribuições é o fato de incentivar visitas frequentes à comunidade, visto que o equipamento se constitui em um atrativo, principalmente, para grupos de estudantes, professores e pesquisadores de toda região do Maciço. As visitas ajudam na manutenção do Museu, já que é cobrada uma taxa para cada grupo de visitantes. Além disso, essas atividades promovidas pelo museu colaboram ainda com a renda local, uma vez que, segundo alguns moradores, em decorrência dessas visitas, muitas pessoas da comunidade organizam

²⁴ **Fonte:** <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/446/museu-comunitario-recebe-achados-arqueologicos-na-serra-do-evaristo-ce>.

pontos de venda de lanches, artesanato e outros artigos, favorecendo em um ganho extra para essas pessoas.

5.6 PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO

Umas das poucas ações desenvolvidas na Serra do Evaristo, cujo ator principal tenha sido o governo, gerando impactos positivos para praticamente todas as famílias da localidade, foram as que os entrevistados chamam de programas sociais, que passaram a ser acessados, principalmente, a partir de 2003, com o Governo Lula (2003-2010), assim como destaca um dos moradores:

[...] os programas do governo federal, eles apareceram assim para atender as pessoas das comunidades tradicionais e também da zona rural, elas tiveram maior acesso a programas do governo federal, a partir do governo Lula para cá, do primeiro governo Lula para cá, porque até antes esses programas existiam, alguns programas existiam [...], mas era uma coisa assim muito tímida ainda né. Então tiveram um avanço maior, a contribuição maior que eles dão para o desenvolvimento das famílias da comunidade, é a partir do governo Lula para cá.

Mesmo com o apoio de outras instituições, como a Obra Kolping, e alguns benefícios já conquistados, tal como uma terra para trabalhar, com a Fazenda Manos Kolping, e melhorias no abastecimento de água, com as cisternas de placa, as famílias ainda vivenciavam diversas dificuldades, vivendo com condições mínimas de sobrevivência, dependendo apenas da agricultura, e de um bom inverno para conseguir o sustento da família.

De acordo com os relatos dos entrevistados, o acesso a programas sociais proporcionou às famílias da Serra do Evaristo – que, segundo relatos do presidente da associação, são em sua maioria beneficiadas com tais programas –, uma mudança da realidade em que viviam, visto que com outra fonte de renda, puderam usufruir de serviços que até então não tinham acesso, conseguindo minimizar as dificuldades diárias que enfrentavam. Dos 17 (dezessete) entrevistados, 9 (nove) são beneficiários de programas sociais do governo (52,9%), sendo que dentre os programas mais acessados, estão o Bolsa Família²⁵ (cinco pessoas), e o Seguro Safra²⁶ (quatro pessoas). Dentre essas pessoas, 2 (duas) ainda se beneficiam do PRONAF²⁷ e

²⁵ O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. (**Fonte:** <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>).

²⁶ O Garantia-Safra (GS) é uma ação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) inicialmente voltada para os agricultores familiares que vivem no Nordeste do Brasil e no Norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Tem como beneficiários os agricultores que possuem renda familiar mensal de, no máximo, 1,5 (um e meio) salário mínimo e que plantam entre 0,6 e 5 hectares de feijão, milho, arroz, mandioca, algodão. (**Fonte:** <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-garantia/sobre-o-programa>).

outros.

A melhoria de vida foi significativa ao comparar com o modo de vida que levavam antes de serem beneficiados, e pode ser percebida quando moradores destacam ter conseguido, por meio do acesso a esses programas, desfrutar de serviços tidos como básicos para uma melhor qualidade de vida, como a alimentação, por exemplo.

Aí no governo Lula que, graças a Deus, começou a clarear as coisas, [...] porque mediante as melhoras que houve, os projetos, passamos a almoçar e jantar, que antes nós não fazíamos né. Eu já cheguei muitas vezes a comer farinha em uma cuia, com um peixinho torrado em cima, para poder dormir, era... Cheiroso! Então, aí veio melhorando.

Com condições financeiras limitadas até mesmo para suprir as necessidades de alimentação, era praticamente impossível pensar na possibilidade de possuir um transporte próprio, embora esse fosse um recurso extremamente necessário, mediante as dificuldades de deslocamento da comunidade até o centro da cidade. Uma das moradoras relata que, devido à falta de transporte, as mulheres grávidas prestes a dar à luz, ou até mesmo as pessoas que se encontravam gravemente doentes, eram levadas em redes até o centro da cidade, já que a comunidade não dispunha de nenhum tipo de atendimento médico local.

Atualmente as famílias vivem outra realidade diferente. Com o apoio desses programas, puderam se organizar melhor financeiramente, e a maioria delas possui hoje um meio de transporte próprio, além dos transportes de uso coletivo. Ao comparar com as dificuldades enfrentadas no passado, devido à falta de transporte na comunidade, uma das moradoras destaca a importância de possuir hoje esse recurso:

[...] antigamente era pior, não tinha transporte, a gente tinha que ir para Baturité de pé, o transporte que tinha era um animalzinho mesmo para andar, e é quem tinha condição de comprar pelo menos um jumento. E agora com tudo isso né, tem um transporte para a gente andar.

Além desses aspectos da vida comunitária, impactados pelas políticas públicas de distribuição de renda, tais programas proporcionaram também melhores condições de moradia para as famílias da comunidade, apresentando-se, na percepção dos moradores entrevistados, como uma das principais contribuições para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. De acordo com relatos, as condições de moradia era uma das principais dificuldades que possuíam. As casas eram todas feitas de taipa, com a estrutura mais simples possível, o que

²⁷ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. (**Fonte:** <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>).

fazia com que essas famílias vivenciassem inúmeras situações marcadas pelo sofrimento, como fica evidente na fala de uma das moradoras: “nós morávamos numa casa de taipa, o cupim comeu as varas todinhas, muitas noites nós, ‘a chuva chovendo’, e nós em pé cheia de água debaixo né. Minha filha, já houve tanto sofrimento!”. Outra moradora, ao justificar o fato de considerar viver em melhores condições atualmente, relata com detalhes a simples estrutura da casa em que morava:

A gente vive melhor, porque dorme pelo menos sossegada. Porque a casinha do meu pai era coberta de palha, era muito difícil minha filha naquele tempo. Porta de palha, no barro mesmo, a gente não tinha nem um banheiro, [...] o banheiro sabe o que era? Uns “troncões” de pau que nascia, aí tinha aquela “moitona”, aí o povo botava o pau, ali era o banheiro, para você ver como a situação era difícil, [...] botava só uma cortininha e um pau, ali era um banheiro. Por que agora não está melhor? [...].

Hoje em dia, dispondo de melhores condições, praticamente todas as famílias da comunidade moram em casas de alvenaria, o que para todos eles, significa uma das grandes conquistas alcançadas, representando uma das mais significativas melhorias de vida, assim como expressa um dos entrevistados, apontando ainda, sua percepção em relação ao porquê dessa mudança positiva no modo de vida na comunidade:

[...] um impacto de melhoria de vida da nossa gente, tem sido as nossas próprias casas mesmo. [...] tinha uma época aqui no Evaristo que nós tínhamos duas casas de tijolo, das referências daqui. Pronto. O resto tudo era casinha de taipa caindo, cheia de besouro, criando barbeiro, hoje não, hoje temos poucas casas de taipa nessa comunidade, quer dizer, é um reflexo da mudança na conjuntura política, mas também tem sido um reflexo da libertação do povo.

No entanto, torna-se importante salientar que, por mais que os programas sociais se constituam em uma ajuda importante para as famílias, esta não é a única ação necessária para o atendimento de todas as demandas da comunidade, assim como destacam Beduschi Filho e Abramovay (2003, p. 08):

Por mais importantes que tenham sido, entretanto, os progressos nas políticas sociais, elas, por si só, não podem conter o desafio de planejar o processo de desenvolvimento e de emancipação das próprias condições sociais que as tornam necessárias. [...]. Este avanço é uma condição necessária, mas nem de longe suficiente para que o desafio do desenvolvimento possa ser enfrentado.

5.7 OUTRAS AÇÕES

Além dessas ações principais apresentadas que, de acordo com a percepção dos moradores, foram as que mais contribuíram para o desenvolvimento da comunidade, é

pertinente também apresentar outras ações que de algum modo também veem contribuindo para o desenvolvimento do território da CK Serra do Evaristo.

Uma dessas pode ser traduzida pela atuação do Grupo de Medicina Alternativa. O grupo é formado essencialmente por mulheres da comunidade, que produzem diversos tipos de medicamentos caseiros que são vendidos tanto para os próprios moradores, como também para o público externo à comunidade, seja na ocasião de visitas ao território, ou quando algum dos moradores leva os medicamentos para vender em outros locais.

A ação, além de proporcionar a preservação de um saber e de uma técnica bastante antiga da comunidade, que tem sido repassada de geração para geração, representa também uma fonte de renda local coletiva, que contribui com os trabalhos desenvolvidos pela associação, e pela comunidade como um todo. O grupo de saúde alternativa pode ser visto, assim, como um patrimônio local, e é bastante valorizado pelas pessoas da comunidade, sendo reconhecido não apenas pelos moradores da localidade, mas também externamente, em outras instâncias, uma vez que, através dos trabalhos por ele desenvolvidos, a comunidade pôde participar de vários editais de cultura popular do governo federal, sendo contemplada com alguns deles, gerando benefícios, tanto financeiros como de reconhecimento externo para a comunidade.

Outra ação bastante citada pelos moradores é relacionada à área da educação, estando relacionada com a oferta de diversos cursos para a população local. Em consequência dos trabalhos da associação comunitária, que buscava apoio junto a programas do governo, a população teve a oportunidade de participar de cursos de costura, de processamento de polpas de frutas, de artesanato, de grafite, entre outros, que foram colocados à disposição das pessoas, com a finalidade de proporcionar o desabrochar de potencialidades, habilitando-os em novas atividades que pudessem contribuir como uma fonte de renda para as famílias, e conseqüentemente para o desenvolvimento do local. No entanto, a maioria das pessoas lamenta não ter conseguido seguir adiante com as atividades que aprenderam durante o curso, o que foi justificado por algumas pessoas que participaram, pela falta de tempo e de recursos financeiros para a compra dos materiais.

A Escola local é outra ação, que é oriunda do poder público municipal, com participação também da organização comunitária, por meio das lideranças, com a luta constante pela melhoria dos serviços relacionados à escola, que, por sua vez, representa um importante instrumento de desenvolvimento da comunidade. A ação é destacada entre os

moradores porque, há aproximadamente 30 anos, quando não existia uma escola na comunidade, o acesso à educação era uma grande dificuldade enfrentada, e só era possível porque alguns professores da cidade, sensibilizados com a situação, se disponibilizavam a se deslocar até a comunidade para dar aula.

Atualmente a Escola de Ensino Infantil e Fundamental Osório Julião disponibiliza à população local, do ensino infantil até o 9º ano do ensino fundamental, e além de proporcionar um dos serviços mais básicos para uma melhor qualidade de vida, contribui também com o conhecimento cultural popular, incentivando a valorização da identidade do povo que constitui a comunidade. Foi incluído na grade curricular, o ensino étnico-racial, a cultura da Comunidade, considerando o reconhecimento de uma comunidade remanescente de quilombo, e trabalhando a descoberta e aceitação dessa identidade com os alunos.

A cultura é muito importante nessa perspectiva de envolvimento da comunidade e para o próprio desenvolvimento e fortalecimento comunitário, pois é vista como resultado de uma prática social. Ou seja, a cultura é gerada na prática social produtiva das famílias da comunidade e dos educandos. Nesse sentido, os conteúdos culturais a serem trabalhados na escola do campo devem estar presentes nas práticas pedagógicas, pois são eles que fazem a escola ter um sentido na formação dos alunos. (FERREIRA; SILVA; ZANATTA, 2012, p. 57).

A implantação do ponto de cultura foi uma das conquistas mais recentes da comunidade, conseguida por meio da participação em um edital chamado Ponto de Cultura Popular, promovido pelo Ministério da Cultura (MinC) do Governo Federal, em que a comunidade concorreu com o Grupo de Medicina Alternativa e foi contemplada. Com o prêmio conseguido foram adquiridos os equipamentos audiovisuais profissionais, bem como os equipamentos de informática, além da construção do Ponto de Cultura local que envolve o Telecentro e o Salão Comunitário, que foram construídos pelos próprios moradores, também em regime de mutirão. Hoje, esse é o lugar onde ocorrem praticamente todas as manifestações culturais da comunidade, além das reuniões da associação e atividade relativas à escola local e à igreja.

Na tabela 01 é possível visualizar, de forma sintética, as principais ações desenvolvidas na Serra do Evaristo, bem como os benefícios mais relevantes, decorrentes de cada uma delas, sendo relacionadas, ainda, com fala dos moradores entrevistados, destacando a importância dessas ações para a comunidade:

Tabela 01: Síntese das principais ações desenvolvidas na Serra do Evaristo.

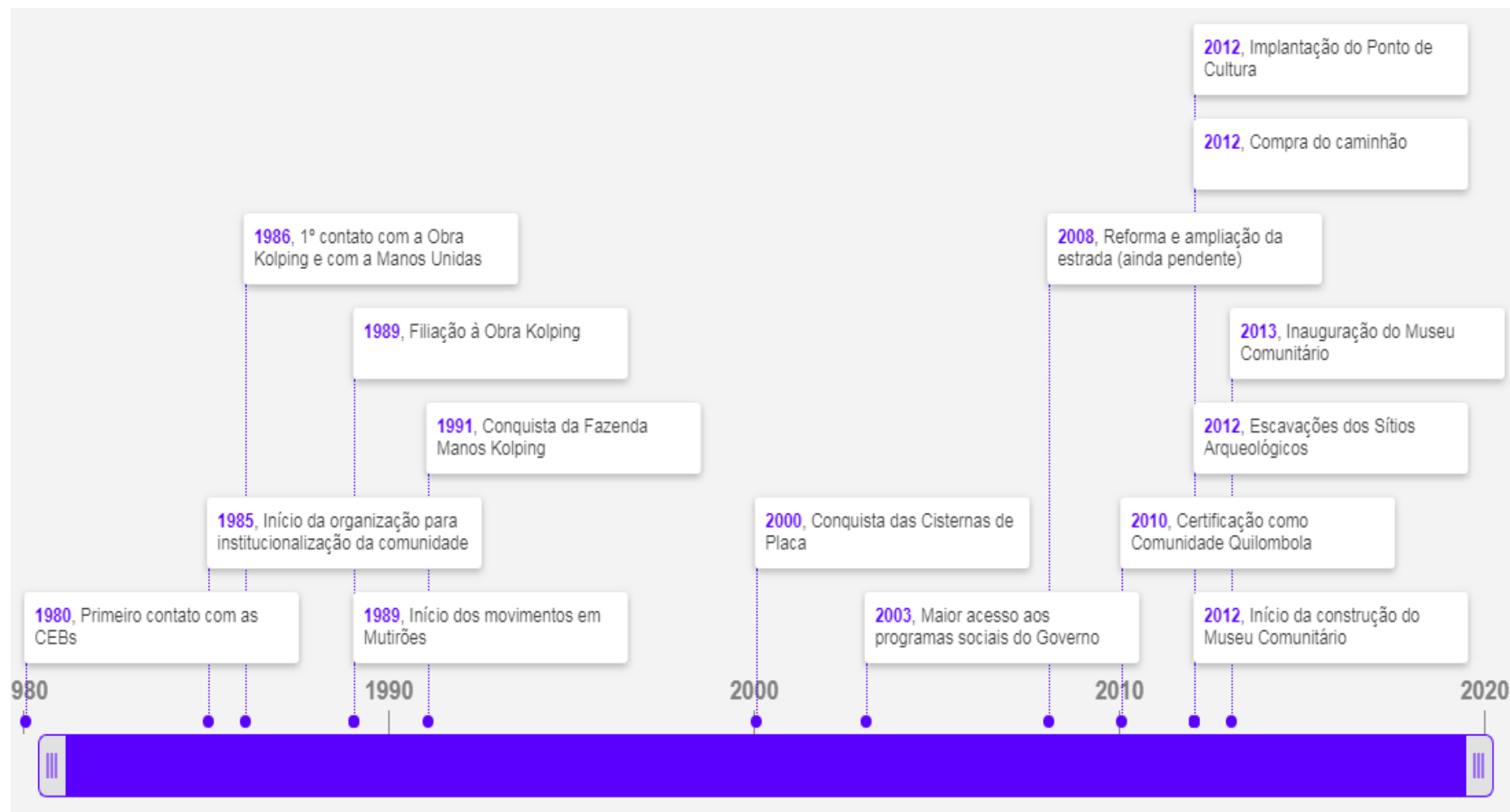
AÇÃO	ANTES DA AÇÃO	DEPOIS DA AÇÃO	RELATO DOS MORADORES
Filiação à Obra Kolping (1989)	- As pessoas já se reuniam em grupos para discutir a respeito da vida comunitária; - Esses grupos eram ligados às CEBs; - Ausência de uma entidade constituída.	- Fundação da associação; - Fortalecimento da organização comunitária; - Acesso à diversos programas sociais da Obra Kolping; - Acompanhamento das atividades desenvolvidas na comunidade.	“[...] eu digo sem ter medo de errar, que a organização daqui da Comunidade do Evaristo, ela só veio ter mais acesso, construir algo para que possa crescer, depois que foi afiliada à Kolping. [...] a Kolping ela teve esse espírito de união sobre a nossa comunidade”.
Implantação das Cisternas de Placa (2000)	- Grande carência de água; - Necessidade de passar a noite em filas de um poço d’água para conseguir ter água durante o dia; - Necessidade de comprar pipas d’água frequentemente.	- Praticamente todas as famílias foram beneficiadas; - Reservatório com capacidade para 16.000 litros d’água, abastecido com a água da chuva; - Minimização significativa das dificuldades de acesso à água.	“As cisternas foram uma das coisas fundamentais que veio para ficar e que serviu muito, e que até hoje serve, que ninguém tinha. A gente pegava água, mal tinha um pote de barro para botar [...], todo mundo tem sua cisterna hoje, não tem uma pessoa para não ter, e é dessa água aí que a gente bebe”.
Fazenda Manos Kolping (1991)	- Falta de terra para o desenvolvimento das atividades agrícolas; - Submissão a um regime de trabalho de quase semiescravidão (trabalho alugado); - Impossibilidade de trabalhar de forma independente para o próprio sustento e de sua família.	- Os moradores possuem uma terra coletiva de, aproximadamente, 400 hectares; - São donos do seu trabalho e livres para produzir para si e sua família; - Possuem um caminhão, em decorrência das atividades do roçado comunitário.	“Antigamente era mais difícil. Eu também era um que trabalhava de alugado. Hoje, [...] nós saímos do alugado. Graças a Deus, hoje trabalhamos, mas só para a gente, e conseguimos um terreno, nós hoje trabalhamos lá, [...] com muita luta foi comprado, e hoje estamos trabalhando lá, aí lá é o nosso futuro, daqui para frente”.
Reforma e Ampliação da Estrada (2008)	- Grande dificuldade de acesso à comunidade; - O percurso só poderia ser feito a	- A comunidade desfruta de melhores condições de acesso; - Possibilidade de acesso de carros	“[...] a estrada é um caso que já é histórico, para terminar, nunca se termina, remendam, [...] as vezes chove faz

	pé ou com animais; • Dificuldade para se deslocar até o centro da cidade.	grandes, como o caminhão e o ônibus escolar; • Maior facilidade de que outras pessoas visitem à comunidade.	aqueles buracos, pedras, o pessoal daqui vai e ajeita, bota a terra no lugar, bota as pedras no lugar, depois assim a gente vem passando, levando né, tentando levar do jeito que pode”.
Museu Comunitário (2013)	• Resquícios de cerâmica, potes e outros artefatos eram frequentemente encontrados pelos moradores; • Não se conhecia o verdadeiro valor histórico e cultural desses materiais;	• Preservação e valorização da história local; • Preservação in loco do acervo arqueológico encontrado; • Ponto de referência turística da região, atraindo estudantes, pesquisadores e outros; • Colabora com a renda local.	“[...] o Museu Comunitário é uma referência [...]. Porque nós temos aqui um museu belíssimo, uma referência, e é um patrimônio não só nosso, é um patrimônio de Baturité, e um patrimônio do Estado do Ceará, porque é o primeiro museu de arqueologia do Estado do Ceará”.
Programas Sociais do Governo (A partir de 2003)	• Grandes dificuldades em decorrência da extrema pobreza; • Impossibilidade de possuir transporte próprio que minimizasse as dificuldades de deslocamento; • Condições de moradia precárias.	• Possibilidade de desfrutar de serviços básicos como alimentação; • Praticamente todas as famílias possuem um meio de transporte próprio; • Substituição de casas de taipa por casas de alvenaria.	“[...] tinha uma época aqui no Evaristo que nós tínhamos duas casas de tijolo, o resto tudo era casinha de taipa caindo, cheia de besouro, criando barbeiro. Hoje temos poucas casas de taipa nessa comunidade, quer dizer, é um reflexo da mudança na conjuntura política, mas também tem sido um reflexo da libertação do povo”.

Fonte: Elaborada pela autora com base nas informações coletadas nas entrevistas individuais e coletivas.

Na figura 04 é possível visualizar os principais acontecimentos relacionados à Serra do Evaristo, dispostos em uma linha do tempo:

Figura 04: Linha do Tempo - Principais acontecimentos da Comunidade Quilombola da Serra do Evaristo.



Fonte: Elaborada pela autora com base nas informações obtidas nas entrevistas.

5.8 DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Apesar de todas as conquistas da comunidade já elencadas, a população local ainda enfrenta muitas dificuldades no cotidiano, e possui várias demandas e necessidades a serem atendidas. Ainda que as lideranças da comunidade se posicionem como os principais atores na implementação de ações que beneficiam a todo público local, estas não conseguem ser suficientes para resolver todos os problemas que atingem o território do qual fazem parte.

Um dos principais problemas identificados e bastante enfatizado pelos moradores, refere-se à falta de apoio político, principalmente por parte do poder público municipal – mas também o estadual e o federal –, no atendimento das demandas comunitárias. Esse descaso do poder público nas questões coletivas e necessárias se apresenta como um fator que dificulta o desenvolvimento territorial da CK Serra do Evaristo, pois, embora os membros da comunidade sejam bastante ativos na reivindicação dos seus direitos e na busca por melhorias dos serviços públicos, os governantes locais não se atentam aos grandes problemas sociais por eles enfrentados. Como destacam Ferreira, Negrelle e Zanatta (2010, p. 18-19),

Há mais de dez anos, Arruda (1999) apontou que as comunidades tradicionais, embora corporificassem um modo de vida tradicionalmente mais harmonioso com o ambiente, eram persistentemente desprezadas e afastadas de qualquer contribuição que poderiam oferecer à elaboração de políticas públicas regionais. Até hoje, de fato, pouca coisa mudou.

Dessa forma, carentes do apoio do poder público nas várias questões de necessidade básica, como a saúde, a educação, o saneamento básico, e outros aspectos coletivos, são grandes os desafios enfrentados por uma comunidade simples, com recursos limitados, para conseguir se desenvolver praticamente de forma independente. Além disso, o não reconhecimento pleno do poder público local e estadual sobre a questão da identidade quilombola atribuída à comunidade, apresenta-se como uma ameaça que dificulta ainda mais o estabelecimento de políticas públicas específicas para os povos quilombolas, como por exemplo, a implementação de uma escola quilombola, que é um anseio apresentado atualmente pela população local.

Uma das moradoras relata sobre o desinteresse demonstrado pelos governantes em melhor atender a comunidade, e em pensar em políticas públicas que priorizem a qualidade de vida das famílias:

[...] acham que o povo assim está vivendo com pouco, e se acostuma com o pouco, e a gente espera melhorar e nunca melhora né [...], eles que entram no poder, acham

que o pessoal se acostuma com pouco, mas o pessoal vive com pouco porque não tem mais, mas quem é que não quer uma educaçãozinha melhor? Quem é que não quer uma “saúdezinha” melhor? Mas o pessoal não pensa nisso. [...] aqui tem várias situações que precisam muito do poder público, mas não tem, escola é uma, estrada também, saúde também, emprego também, é o principal que eu acho.

Dessa falta de apoio por parte do poder público, desencadeiam-se várias outras dificuldades, que a organização comunitária tenta, por meio da atuação da associação, minimizar, fazendo o que está ao seu alcance, porém não conseguindo solucionar todas as questões, pela necessidade de recursos específicos provenientes da atuação do governo.

A precariedade dos serviços de saúde é uma das principais dificuldades vivenciadas pelos moradores da Serra do Evaristo. Atualmente na comunidade não existe nenhuma unidade de atendimento médico, assim, as consultas e visitas médicas são bastante esporádicas e quando ocorrem, são realizadas no salão comunitário, cedido pela associação. O posto de saúde que havia no local, que tinha sido reformado há pouco tempo, custando aos cofres públicos uma quantia equivalente a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), foi interditado porque sua estrutura física estava comprometida, tanto que logo depois que foi desativado, parte dessa estrutura desabou. Depois disso, nenhuma atitude foi tomada por parte dos governantes municipais e o que restou do prédio está se deteriorando pouco a pouco.

Enquanto isso, as pessoas da comunidade se encontram desassistidas, precisando se deslocar até a sede do município de Baturité, onde fica o posto de saúde mais próximo, para obter atendimento médico e odontológico, realizar uma consulta, marcar exames, fazer acompanhamento pré-natal, no caso das mulheres grávidas, receber medicamentos ou qualquer outro serviço. Uma das moradoras, fala sobre essa grande dificuldade: “[...] aqui pior é a saúde, porque o posto que tem, está aí nessa condição né, a gente tem que sair daqui para o Beira Rio, para poder se consultar, e ainda é uma vez no mês”. Ainda assim, as famílias alimentam a esperança de que os serviços sejam melhorados, com a expectativa de que um dia a comunidade seja atendida com políticas públicas voltadas a proporcionar uma melhor qualidade da saúde pública, podendo dispor de um local adequado para serem atendidos, sem precisar passar por tantas dificuldades como as que enfrentam hoje para se ter acesso a um serviço que eles têm por direito.

A falta de oportunidade de emprego é outro grande impasse vivenciado na comunidade. Alguns moradores lamentam o fato de precisarem ir em busca de emprego em outros lugares, devido à falta de terra suficiente para que todos da comunidade consigam produzir, isso porque nem todos possuem sítios e nem têm sua principal fonte de renda proveniente da

agricultura. Assim, as pessoas são praticamente obrigadas a sair do convívio familiar em busca de emprego, para que consigam os meios de sustentar suas famílias.

Diante dessa carência de oportunidades, por parte da comunidade, de oferecer emprego e renda aos seus habitantes, ocasionando no deslocamento de seus moradores para outros locais em busca de melhores condições de vida para si e para suas famílias, o êxodo rural surge como outro problema característico da comunidade, e é tido também como um desafio territorial enfrentado atualmente. Uma forma de geração de emprego na comunidade, que auxiliasse tanto no desenvolvimento pessoal como comunitário, por meio de algum projeto que pudesse ser desenvolvido no local, por exemplo, é uma das perspectivas dos moradores da Serra do Evaristo.

Apesar das melhorias já conquistadas para a estrada que dá acesso à comunidade, a população do Evaristo ainda não se encontra totalmente satisfeita com o estado atual da estrada. A insatisfação advém, principalmente, do descaso que os moradores relatam existir por parte do poder público, principalmente o municipal. Isto porque, até hoje, o projeto ainda não foi finalizado, visto que, o dinheiro disponibilizado pelo deputado para a realização da obra, ficou sob a responsabilidade da prefeitura municipal, e após várias gestões terem passado pela prefeitura, de 2008 até aqui, nenhuma delas se fez eficiente para concluir a obra. Sobre esse impasse vivido pela população, uma das moradoras destaca:

[...] a estrada é um caso que já é histórico, para terminar, nunca se termina, remendam, no popular mesmo é assim, remendam a estrada, as vezes chove faz aqueles buracos, pedras, o pessoal daqui vai e ajeita, bota a terra no lugar, bota as pedras no lugar, depois assim a gente vem passando, levando né, tentando levar do jeito que pode.

Dessa forma, a luta constante do povo continua, principalmente por parte daquelas pessoas mais ativas politicamente, como os membros da associação local. A população segue atuando em conjunto para manter a estrada em condições acessíveis, sendo todo o progresso conquistado até então, fruto de muita luta, visto que a comunidade não fica à mercê da administração pública municipal para o atendimento de suas demandas. Motivados em ver suas famílias desfrutando de melhores serviços, e com atitudes marcadas pela autonomia, determinados grupos de moradores se posicionam como agentes transformadores de sua própria realidade, realizando tudo aquilo que esteja em seu alcance para reduzir os problemas que atingem a coletividade, assim como explica um dos moradores:

[...] os visitantes chegam aqui, dizem assim: “você têm a melhor estrada de onde a

gente passa, mas vocês reclamam da Prefeitura, por quê? Por que vocês reclamam? Vocês têm a melhor estrada cara!”. Aí a gente tem que explicar que nós temos a melhor estrada, ainda trafegando, porque a turma conserta. A estrada não está tão esburacada, não é a Prefeitura que vem fazer, embora a gente saiba que é um direito né, é uma obrigação do poder público fazer, e grande parte dessa Comunidade tem essa concepção, “não, a obrigação é do Prefeito, a obrigação é da Prefeitura”, mas tem uma turma que diz “se o Prefeito não vem, vamos fazer, porque somos nós que estamos precisando da estrada”. Isso é importante, embora seja um grupo pequeno.

A questão da água, que, em termos materiais, é tida como a maior riqueza do povo do Evaristo, é outro ponto complicado presente na vida dos moradores da comunidade. Ainda que tenham ocorrido melhorias bastante significativas em decorrência da implantação de cisternas de placa para praticamente todas as famílias da localidade, estas ainda dependem de um bom inverno para que se mantenham abastecidas ao longo de todo o ano. Visando minimizar essa dificuldade de acesso à água, já houve várias tentativas de cavar um poço artesiano, ou poço profundo, como é popularmente chamado, na comunidade, no entanto, todas as tentativas foram mal sucedidas, acredita-se que devido à localização da comunidade no ponto mais elevado da Serra. Assim, a comunidade depende quase que totalmente da água que conseguem armazenar nas cisternas, em vista que as fontes de água que existem no local também secam com facilidade, não conseguindo abastecer a todos por um longo período de tempo.

Dessa forma, essa necessidade de se adaptar ao clima, lidando, muitas vezes, com a escassez de chuvas na região, é uma das grandes dificuldades enfrentadas, e a população espera ainda ser atendida com alguma política pública que possa solucionar essa situação tão sofrida dos moradores, a qual pode ser percebida nos seguintes relatos:

[...] agora no inverno tem, mas quando é no verão não tem não [...]. Para lavar roupa é mais difícil [...]. É o mesmo sofrimento, só é um tanquezinho lá, aí quando é no verão, se o inverno for bom né, a água ainda dá, porque você sabe o Evaristo é grande, só um poço para tirar água, seca, aí você para guardar das cisternas para beber, você tem que esperar água para lavar roupa e para tomar banho.

Outro problema bastante evidente na comunidade se refere à precária estrutura física em que a escola local se encontra, não dispondo de um ambiente adequado que contribua para a promoção de uma educação de qualidade para os alunos. A escola é bastante pequena, com poucas salas de aula, sendo que algumas ainda são divididas em dois ambientes distintos, já que não há espaço suficiente para suprir todas as necessidades. O único ambiente de lazer da escola é um pátio, localizado entre a cantina e as salas de aula, que os alunos utilizam como quadra de esportes. De acordo com uma moradora, a Escola “continua sendo uma escola com

péssima qualidade, que não oferece estrutura digna para os alunos [...]”.

As limitações da escola são bastante visíveis e os moradores, principalmente os pais dos alunos, demonstram grande insatisfação pelo fato de seus filhos não desfrutarem de condições dignas em uma questão tão importante e necessária para a comunidade, que é a educação. O esforço dos profissionais que atuam na escola é reconhecido, uma vez que estes procuram desempenhar suas funções da melhor maneira possível mesmo com tantas limitações, com o mínimo de recursos à disposição. O que mais se lamenta entre a população é, novamente, o descaso do poder público em uma questão que é tão urgente para a comunidade, assim como relata uma moradora:

[...] a escola está aí feia, para falar a verdade, não é uma escola boa, não tem estrutura assim boa, é um pedaço caindo ali, é o telhado que tem que reformar, mas cabe também ao serviço público, mas não age. Aí só a Comunidade tem como fazer tudo isso? Não tem né, entendeu?! Aí o que a Comunidade pode fazer, faz, mas o básico.

Pensando nessa questão da melhoria dos serviços de educação para as crianças e os jovens, a comunidade possui atualmente o anseio de conquistar para o lugar uma Escola Quilombola, que além de proporcionar uma educação de qualidade, e uma melhor estrutura para os alunos, possa atender as demandas específicas da população local que se reconhece como povos remanescentes de quilombos, e por isso possui o direito de serem garantidos com um processo educacional diferenciado. Uma das lideranças comunitárias, envolvida nesse novo sonho cultivado pela comunidade, explica:

[...] é uma luta nova a construção da escola quilombola, que é uma escola padrão MEC, na verdade nós temos lutado para que ocorra nessa escola um reconhecimento de fato dessa educação específica por conta de nós moramos no território quilombola. [...] então nós já empreitamos várias coisas, já tivemos audiência com Secretário de Educação do Estado, com a Crede²⁸, temos dialogado com o município, mas não conseguimos avançar muita coisa ainda não, está difícil, mas temos feito a nossa parte que é de ir atrás.

E por último, apresenta-se a questão do lixo da comunidade, da inexistência da coleta pública do lixo no local. Devido ao crescimento da comunidade, esse é um problema que vem se agravando ao longo do tempo, visto que sem essa coleta seletiva, o lixo vai sendo disseminado por toda a comunidade, contaminando o solo, poluindo o ambiente e, ainda, aumentando o risco da proliferação de doenças na comunidade. Dessa forma, nota-se a grande necessidade de se atentar a essa questão, requerendo a atenção, tanto da própria população, no

²⁸ Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação.

sentido de se conscientizar a fim de evitar o máximo possível a disseminação do lixo na comunidade, como também por parte dos governantes da cidade, no sentido de buscar alternativas para a solução desse problema, que, aliás, não é exclusivo da CK Serra do Evaristo, mas do Maciço do Baturité, e mesmo do estado do Ceará, em seu conjunto.

Neste sentido, de buscar apoio em meio ao poder público para a solução do problema, as lideranças comunitárias, em nome de toda a comunidade, já reivindicam junto aos órgãos públicos municipais ações voltadas à resolução dessa questão, participando, inclusive, das discussões públicas a respeito desse assunto. Em decorrência dessas conversas, a população se encontra na expectativa de ter essa demanda atendida, em parte, uma vez que houve, por parte do órgão público competente, a promessa de que a Serra do Evaristo seria incluída na rota seletiva do lixo da cidade.

É perceptível que a maioria das dificuldades enfrentadas atualmente pela população da Serra do Evaristo, senão todas elas, é decorrente da não-ação do poder público no atendimento das demandas coletivas. Esse é um dos principais desafios vivenciados, principalmente, por comunidades menos favorecidas: o de obter apoio do Estado para a satisfação das necessidades básicas da população, assim como é destacado no seguinte trecho:

Se é verdade que as instituições consistem em regras, normas, valores e expectativas dos atores sociais uns com relação aos outros, o ambiente institucional das regiões mais pobres do País conduz a que os atores locais esperem do Estado um conjunto de bens e de serviços de que ele cada vez menos dispõe e cujo atendimento parcial nem de longe resolve os problemas a que se destinam. (BEDUSCHI FILHO; ABRAMOVAY, 2003, p. 08).

O conceito de desenvolvimento defendido por Veiga (2010), baseado nos relatórios anuais elaborados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), representa de forma bastante precisa os anseios apresentados pela população da Serra do Evaristo, quando o autor destaca que o desenvolvimento se relaciona, principalmente, “com a possibilidade de as pessoas viverem o tipo de vida que escolheram, e com a provisão dos instrumentos e das oportunidades para fazerem as suas escolhas” (VEIGA, 2010, p. 81).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação às populações menos favorecidas, especialmente, àquelas que vivem em comunidades rurais de difícil acesso, é sabido que estas enfrentam muitas dificuldades em suas atividades cotidianas, que muitas vezes as impedem de garantir a seus membros individualmente, e a toda a coletividade, o acesso a bens e serviços públicos que lhes faculte melhores condições de vida, seja em aspectos sociais, culturais ou econômicos. Desta forma, em muitos casos, tais comunidades se mantêm estagnadas devido à falta de recursos, à carência de apoio governamental para o atendimento até mesmo de suas necessidades básicas, à ausência de programas ou projetos que incentivem o seu progresso, entre outros fatores, enfraquecendo a ideia de possibilidades de desenvolvimento, em seu aspecto amplo, dessas comunidades.

A Comunidade Quilombola da Serra do Evaristo é marcada pela luta constante de seu povo pelo acesso e melhoria dos serviços públicos. Por meio da organização comunitária, que se destaca pela autonomia e determinação na busca pelos objetivos comuns, os moradores atuam de modo a não permitir que o atendimento de todas as demandas locais dependa exclusivamente do poder público, visto que se posicionam como agentes transformadores de sua própria realidade. No entanto, não conseguem dar conta de tudo e sofrem com o descaso por parte dos atores governamentais, nas questões essenciais e coletivas da comunidade, que se encontra carente de ações que impulsionem o seu desenvolvimento.

Diante desse contexto, as políticas públicas, especialmente as políticas sociais, às quais todo cidadão brasileiro têm direito, se apresentam como instrumentos que podem contribuir de modo muito contundente com o desenvolvimento das comunidades tradicionais, como é o caso da CK Serra do Evaristo. Isto porque, quando programas e ações governamentais tomam por parâmetro as particularidades e as reais necessidades da população para a qual serão destinadas, são capazes de proporcionar benefícios e consequências positivas que atingirão aquele determinado grupo, impulsionando o desenvolvimento. No caso das comunidades quilombolas, que se encontram fixadas em espaços físicos delimitados, ou seja, em determinados lugares, a política pública deve focar não apenas os aspectos sociais, culturais e econômicos, mas também os aspectos ambientais.

O atendimento das necessidades da população, a prestação de serviços essenciais às comunidades menos favorecidas, a redução dos níveis de pobreza, o acesso às políticas inclusivas, a redução da desigualdade social, a melhoria das condições de vida em

comunidade, e a preservação ambiental, é o que se espera da atuação do poder público em um estado democrático de direito. Mas, os resultados dessa pesquisa revelam a outra face do estado brasileiro, aquela que fecha completamente os olhos para uma parcela da população, que, ao que parece, apenas tem direito a voto, mas não tem voz diante de seus governantes.

Deve-se observar que as conquistas mais significativas da CK Serra do Evaristo advieram não de uma atuação do poder público, como era de se esperar, mas de ações sociais da Igreja, tanto pela atuação das CEBs, como da Obra Kolping e da missão Manos Unidas. Foi com a Igreja que a comunidade aprendeu a se organizar e a se fortalecer politicamente, algo que soa como um contrassenso para um Estado que se diz laico.

Nessa perspectiva, o presente trabalho se mostra relevante, uma vez que possibilita a reflexão a respeito da necessidade de o poder público do país, em suas três esferas, desenhar políticas e ações públicas orientadas para as populações fixadas em áreas não urbanizadas, que sobrevivem com recursos limitados, visto que tais ações permitirão que essa parcela da população acesse direitos que lhe são fundamentais. Torna-se importante chamar a atenção para essas questões, visto que, muitas vezes, as demandas dessas comunidades não são consideradas urgentes pelos atores governamentais, e por isso nem são colocadas em pauta.

Uma limitação que pode ser destacada nesse estudo, diz respeito ao pequeno número de pessoas que foram ouvidas para a realização do trabalho. A maioria dos participantes são membros das Associação Comunitária, e os poucos moradores que não são associados e que participaram da pesquisa, ainda foram indicados pelo presidente da Associação. De fato, considerando as 150 famílias que vivem atualmente no local, os 17 entrevistados não conseguem representar toda a comunidade, no entanto, foram suficientes para que o objetivo do trabalho, de identificar as principais ações públicas que mais contribuíram com o desenvolvimento da comunidade, fosse atingido.

Como sugestões para estudos futuros sobre a Comunidade Quilombola da Serra do Evaristo, seria interessante analisar as percepções e visões dos atores governamentais do âmbito local, Estadual e Federal sobre a comunidade, buscando, em meio ao poder público, respostas sobre as dificuldades encontradas ao tentar solucionar os problemas da comunidade, e fomentar a participação da comunidade na formulação de políticas públicas. Outras propostas seriam: identificar o portfólio de políticas para comunidades quilombolas e os meios de acesso à elas; analisar a história de vida das pessoas que vivem no local; e estudar o grupo de saúde alternativa, como meio de lidar com determinadas dificuldades encontradas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: ORTEGA, Antônio César; ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). **Desenvolvimento Territorial: Segurança Alimentar e Economia Solidária**. Campinas: Editora Alínea, 2007. Cap. 1. p. 19-37.
- BATISTA, Maria do Socorro Xavier. **A Educação Popular do Campo e a Realidade Camponesa**. UFPB/PPGE, 2007.
- BEDUSCHI FILHO, Luiz Carlos; ABRAMOVAY, Ricardo. Desafios para a gestão territorial do desenvolvimento sustentável no Brasil. In: XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER), 41., 2003, Juiz de Fora. **Congresso**. Juiz de Fora, 2003. p. 1 – 21.
- BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. Abril Cultural, 1985.
- BONENTE, Bianca Aires Imbiriba de Maio; ALMEIDA FILHO, Niemeyer. A Economia do Desenvolvimento em Perspectiva Histórica: novos rumos da disciplina. In: XLV CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45, 2007, Londrina – PR. **Artigo**. Londrina – PR: UEL, 2007. p. 1 – 19.
- BRANDÃO, Carlos. Territórios com classes sociais, conflitos, decisão e poder. In: ORTEGA, Antônio César; ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). **Desenvolvimento Territorial: Segurança Alimentar e Economia Solidária**. Campinas: Editora Alínea, 2007. Cap. 2. p. 39-61.
- BRASIL. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. **Institui A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília, DF, 07 fev. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 20 jun. 2017.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Bolsa Família**. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 3 jan. 2018.
- CHERMONT, Luciana D'almeida. Identidade e Dinâmicas Territoriais: Uma Etnografia na Comunidade Quilombola Serra do Evaristo. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37., 2013, Águas de Lindóia. **Encontro**. Águas de Lindóia: UFC, 2013. p. 01-24.
- CONCEIÇÃO, Eliane Barbosa da. **Programa de Promoção da Igualdade de Oportunidade para Todos: experiências de ação afirmativa do Ministério Público do Trabalho (2003-2012)**. 2013. 383 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração de Empresas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2013.
- FERREIRA, Marcia Regina; NEGRELLE, Raquel Rejane Bonato; ZANATTA, Rafael Augusto Ferreira. Terra Inválida, gente invisível: o caso das comunidades rurais extrativistas do litoral paranaense. In: Encontro de Administração Pública e Governança da ANPAD, 2010, Vitória. **Encontro**. Curitiba: UFPR, 2010. p. 13 – 38.

FERREIRA, Marcia Regina; SILVA, Francielle da; ZANATTA, Renan A. Ferreira. Da Dialogicidade entre Universidade e Comunidade: Um estudo de caso da extensão universitária a partir do exercício da democracia dialógica na pesquisa-ação. **Revista do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social**, Curitiba, v. 3, n. 1, p.53-68, jan. /jun. 2012. Semestral.

FREITAS, Daniel Antunes et al. Saúde e Comunidades Quilombolas: Uma revisão da literatura. **Cefac**, São Paulo. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcefac/2011nahead/151-10.pdf>> Acesso em: 10 jun. 2017.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Ministério da Cultura. **Apresentação**. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=95>. Acesso em: 22 jul. 2017.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. **Reisado**. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=217%3Areisado&catid=52%3Aletra-r&Itemid=1>. Acesso em: 03 jan. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HEIDEMANN, Francisco G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, Francisco G. & SALM, José Francisco (Orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

HORTA, Maria de Lourdes P.; Grunberg, Evelina; Monteiro, Adriana Queiroz. **Guia básico da educação patrimonial**. Ed. Museu Imperial / Deprom - Iphan – Minc. Sem data. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf> Acesso em: 03 dez. 2017.

IBGE. **IBGE Cidades**. 2016. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

INCRA. **Quilombolas**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/estrutura-fundiaria/quilombolas>>. Acesso em: 07 ago. 2017.

_____. **O Incra**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/institucional_abertura>. Acesso em: 07 ago. 2017.

IPHAN. Ministério da Cultura. **O Iphan**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>>. Acesso em: 07 ago. 2017.

_____. Ministério da Cultura. **Museu Comunitário recebe achados arqueológicos na Serra do Evaristo (CE)**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/446/museu-comunitario-recebe-achados-arqueologicos-na-serra-do-evaristo-ce>>. Acesso em: 24 out. 2017.

_____. Ministério da Cultura. **Comprovação arqueológica: Sítio Funerário descoberto no Ceará tem cerca de 700 anos**.

Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/888/comprovacao-arqueologica-sitiofunerario-descoberto-no-ceara-tem-cerca-de-700-anos>>. Acesso em: 24 out. 2017.

KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita. **Ações públicas para o desenvolvimento local de comunidades quilombolas: os casos em Mandira – SP e Campinho da Independência – RJ.** 2014. 184 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ecologia Aplicada, Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2014.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, Lisboa, v. IV, n. 2, p. 333-354, 2000.

MANOS UNIDAS (Espanha). **La organización.** Disponível em: <<http://www.manosunidas.org/organizacion>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia Qualitativa e Quantitativa. In: MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. Cap. 8. p. 269-288.

OBRA KOLPING DO BRASIL. **Nossa História.** Disponível em: <<http://www.kolping.org.br/nossa-historia/>>. Acesso em: 01 ago. 2017.

_____. **Quem somos.** Disponível em: <<http://www.kolping.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 01 ago. 2017.

OLIVEIRA, João Artur Ricardo de. **História da Serra do Evaristo – Baturité/Ceará.** 2015. Disponível em: <<http://arturricardo-historiador.blogspot.com.br/2015/04/historia-da-serra-do-evaristo.html>>. Acesso em: 11 fev. 2017.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. **Políticas Públicas.** São Paulo: Publifolha, 2011.

SAF. **Garantia-Safra.** Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-garantia/sobre-o-programa>>. Acesso em: 03 jan. 2017.

_____. **Pronaf.** Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>>. Acesso em: 03 jan. 2017.

SANTOS, Elinaldo Leal et al. Desenvolvimento: Um conceito multidimensional. **Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado**, Salvador, v. 1, n. 2, p.44-61, jul. 2012.

SCHIAVO, Reinaldo Azevedo. As Comunidades Eclesiais de Base no Brasil: Um balanço historiográfico. In: Seminário Nacional de História da Historiografia: Aprender com a História?, 3., 2009, Ouro Preto. **Anais.** Ouro Preto: Edufop, 2009. p. 1 - 11. Disponível em: <http://www.seminariodehistoria.ufop.br/t/reinaldo_azevedo_schiavo.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2017.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos.** São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SEMACE. Secretaria do Meio Ambiente. **Área de Proteção Ambiental da Serra de Baturité**. Disponível em: <<http://www.semace.ce.gov.br/2010/12/apa-da-serra-de-baturite/>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

SERRA do Evaristo – Parte 1. Direção de Rafael Mesquita. [s.l]: Instituto de Juventude Contemporânea, 2010. (10 min.), son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OB3HnpsxPqM>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

SERRA do Evaristo – Parte 2. Direção de Rafael Mesquita. [s.l]: Instituto de Juventude Contemporânea, 2010. (9 min.), son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IIZSrsj5q7g>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Teoria e Prática Científica. In: SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007. Cap. 3. p. 99-126.

SILVA, Antonio Breno de O. et al. Cartografia Social da Comunidade Quilombola da Serra do Evaristo-Baturité – CE: Um estudo de caso. **Revista de Geociências do Nordeste (REGNE)**, Caicó, v. 2, n. especial, p.1240-1249, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufrr.br/revistadoregne/article/view/10590/7504>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

SILVA, Christian Luiz da; BASSI, Nadia Solange Schimidt. Políticas públicas e desenvolvimento local. In: SILVA, Christian Luiz da (Org.). **Políticas Públicas e Desenvolvimento Local: Instrumentos e proposições de análise para o Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2012. Cap. 1. p. 15-38.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A Pesquisa Científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009. Cap. 2. p. 31-42.

SOHIDRA. **Projeto São José**. Disponível em: <<http://www.sohidra.ce.gov.br/index.php/projeto-sao-jose>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

SOUSA, Manoel Johnson Sales; MORAES, Suiany Silva de; LUIS, George. **Evaristo: Identidades, Demarcação e Lutas**: (Estudo Etnográfico do Quilombo da Serra do Evaristo em Baturité-CE). Disponível em: <[http://www.evento.ufal.br/anaisreaabanne/gts_download/_Manoel Johnson Sales Sousa - 1019958 - 4134 - corrigido.pdf](http://www.evento.ufal.br/anaisreaabanne/gts_download/_Manoel%20Johnson%20Sales%20Sousa%20-%201019958%20-%204134%20-%20corrigido.pdf)>. Acesso em: 13 jul. 2017.

SPINK, Peter. Um olhar diferente sobre a multidisciplinaridade: política pública e as múltiplas linguagens da ação pública. In: I Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ENEPCP), 2015, Brasília. **Anais**. Brasília: ANEPCP, 2015. p. 1 – 17.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e transformação da realidade**. Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais da Bahia, 2002. Disponível em:

<http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2017.

TRAD, Leny A. Bomfim. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 19, p.777-796, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v19n3/a13v19n3.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

VEIGA, José Eli da. Como pode ser entendido o desenvolvimento. In: VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. Cap. 1. p. 17-82.

Apêndice I – Questionário para entrevistas semiestruturadas

PERFIL DOS PARTICIPANTES
Nome:
Idade:
Endereço:
Lugar onde nasceu:
Profissão:
Local de Trabalho:
Estado Civil:
Nº de Filhos:
Nº de membros família:
É beneficiário de algum Programa Social do Governo? (Bolsa Família, por exemplo?)
Participa de alguma atividade na Comunidade? Qual (is)?
PERCEPÇÃO EM RELAÇÃO À COMUNIDADE
1) Conte um pouco sobre a vida aqui na comunidade, é boa, é ruim? Já foi pior, já foi melhor? Por quê?
2) O que aconteceu para melhorar ou para piorar a situação?
3) Quando aconteceram essas coisas?
4) Qual foi o papel da Comunidade nesse processo? E do governo (federal,

estadual e municipal)?

4) Na sua percepção, quais as ações, governamentais ou não, que foram desenvolvidas na Comunidade que mais contribuíram para melhorar a vida comunitária/o desenvolvimento da Comunidade?

5) Dentre as ações citadas, quais você considera como prioritárias, as mais importantes?

6) Por que essas ações foram importantes? Antes de essas ações serem desenvolvidas, quais eram as dificuldades enfrentadas? Em que contribuíram?

7) Quais as principais dificuldades ainda enfrentadas pelos moradores da Serra do Evaristo? E quais as ações que você considera necessárias para um maior desenvolvimento da Comunidade?